

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Segurança Pública**

Local: **externo**

Município: **Vespasiano**

Data: **17/5/2010**

Horário: **10 horas**

Folhas: **90**

Duração: **3h25min**

Presidente: **Deputado João Leite**

Deputados: **Deputada Maria Tereza Lara**
Deputado Rômulo Veneroso

Participantes: **Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha** **Sra. Ana Maria**
Promotor Daniel de Oliveira **Sr. Gesinei Campos**
Sra. Maria Heloísa Vieira **Sr. Ciro Wander**
Secretário Antônio Jorge de Souza Marques **Sr. Ronaldo Silvestre**
Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior **Sr. Elias Magalhães**
Delegado Elcides José Batista Guimarães **Sra. Maria Sueli**
Ten-Cel. Cláudia Araújo Romualdo
Delegada Ana Glaura
Vereadora Adriana Lara
Secretário Marconi Daer
Vereador Ricardo Antunes
Sr. Edinaldo Soares de Souza
Sr. Gustavo Henrique Neves Machado
Sra. Alda Maria Salvador

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 2**

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Bom dia a todos!

Convido-os para tomar assento à mesa para iniciarmos esta audiência pública. Há número regimental. Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Conforme prevê o Regimento, dispensei a leitura da ata e a dou por aprovada.

Esta reunião tem a finalidade de discutir questões relativas à segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública - Risp - sediada em Vespasiano e de discutir e votar proposições da Comissão.

A Presidência agradece à Vereadora Ana, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano, esta parceria com a Assembleia Legislativa, por receber a Comissão de Segurança Pública para esta audiência nesta manhã, aqui na Câmara Municipal de Vespasiano. Agradecemos também aos Vereadores Altair Sebastião de Souza, Antônio Alves de Carvalho, André Luciano Vieira Costa, Adriana Alves Lara, Ana Ferreira Neves da Rocha, Ernani Prates de Souza, José Winston da Silva, Valdivino Evangelista Correa, Geraldo Magela Chaves e Newton Fonseca Carvalho.

Sou o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa. À minha direita está a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente desta Comissão, e, à minha esquerda, o Deputado Rômulo Veneroso, membro dela. A Assembleia tem feito esse trabalho. O governo de Minas está organizado em 18 Risps. Esta Comissão já visitou 12 e procura fazer um diagnóstico da

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura

17/5/2010 - 10 horas

Pág.: 3

integração da Polícia Civil com a Polícia Militar; conhecer os números; conhecer as dificuldades e as realidades de cada uma delas. Ao final das visitas às 18 Risps, a Assembleia realizará um fórum técnico. Já estamos realizando reuniões com os Deputados, e várias entidades estão preparando esse fórum técnico, que acontecerá nos dias 11, 12 e 13 de agosto, no Plenário da Assembleia Legislativa, e contará com a presença de representantes do Ministério da Justiça, do governo do Estado, das nossas Polícias Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça. A ideia é discutirmos também os relatórios consolidados sobre cada uma dessas visitas às Risps. O evento receberá o nome de Fórum Técnico de Segurança Pública, Droga, Violência e Criminalidade, porque, até agora, nessas 12 Regiões que visitamos, está muito clara a séria questão da droga. A Polícia Civil e a Militar estão desenvolvendo um trabalho efetivo, mas há uma grande demanda por uso de drogas, o que faz com que o comércio seja permanente. Apesar dos esforços das polícias para realizar prisões, o grande comércio de drogas continua existindo, justamente por causa da demanda crescente. Então, é importante a participação desta Risp, porque os dados que colheremos aqui farão parte deste relatório consolidado da Região sediada em Vespasiano, que se juntará às outras 17 Risps, para serem discutidos nesse fórum técnico.

Para a composição da Mesa, convido a Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; o Dr.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 4**

Daniel de Oliveira, Promotor de Justiça da Comarca de Vespasiano, aqui representando o Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; o Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior, Comandante da 3ª Região de Polícia Militar, e a Ten.-Cel. Cláudia Araújo Romualdo, Comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar, ambos representantes do Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; o Delegado Elcides José Batista Guimarães, Chefe do Departamento de Polícia Civil de Vespasiano, que representa o Dr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e a Sra. Maria Heloísa Vieira, Assessora da Gerência Regional de Saúde em Vespasiano.

Obrigado pela presença, Maria Heloísa. Registro a presença do Sarg. Romildo Eustáquio da Silva, do Corpo de Bombeiros Militar - obrigado pela presença - e convido a Sra. Ana Glaura, Delegada Regional de Vespasiano, para acompanhar o Dr. Elcides.

Agradeço novamente a parceria à Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano, a quem passo a palavra.

A Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha - Bom dia a todos! A Câmara Municipal de Vespasiano está orgulhosa de sediar este evento. Cumprimento todos que aqui estão na pessoa do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa. Desejo-lhes uma ótima reunião. Que haja participação efetiva de todos, pois o tema a ser tratado é de grande importância para a nossa cidade. Boa reunião a todos nós.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 5**

O Sr. Presidente - Obrigado, Presidente e Vereadora Ana.

Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente desta Comissão.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos ao Deputado João Leite, nosso Presidente, e ao Deputado Rômulo Veneroso, também desta Comissão. Presidente, aceitei fazer as considerações iniciais, porque também quero deixar registrado que as mulheres marcam aqui a sua presença, o que é fundamental. Ana, já tive notícia da sua atuação. Aqui estamos com a Vereadora Adriana. Permitam-me cumprimentar, por intermédio da Presidente e da Vereadora Adriana, todos os Vereadores desta Casa e, por intermédio da Ten.-Cel. Cláudia, todos os ilustres convidados. Sempre temos pontuado a participação efetiva da mulher nesses espaços de poder, não contra o homem, de forma alguma, mas ao seu lado, para construção de uma sociedade mais justa. Por meio dessas pessoas, cumprimento todos os expositores, os convidados, as autoridades e os demais presentes. Que realizemos um trabalho profícuo nesta 13ª reunião, a fim de garantir melhor segurança para a nossa sociedade.

O Sr. Presidente - Como temos feito em todas as nossas audiências nas Regiões Integradas de Segurança Pública, inicialmente passarei a palavra aos coordenadores desta Risp, Cel. Aryone e Delegado Elcides, para fazerem uma apresentação. Lembro-lhes que esta reunião fará parte de um relatório que apresentaremos nos dias 11, 12 e 13 de agosto. Ao final do fórum técnico, a Assembleia Legislativa produzirá um livro, que nos ajudará na elaboração do Orçamento do

Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 6**

Estado e do PPAG. Agradeço muito aos coordenadores e comandantes da 3ª Risp, a quem passo a palavra. Já que estão integrados, que se organizem para indicar quem fará a apresentação inicial.

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - Cumprimento o Deputado João Leite; a Deputada Maria Tereza Lara; o Deputado Rômulo Veneroso; a Vereadora Ana Ferreira; o Dr. Elcides, nosso Chefe do 3º Departamento, acompanhado da Dra. Ana Glaura; o nosso Comandante de unidade; os nossos policiais militares e civis; e a comunidade e seus segmentos, que aqui estão para apresentar sugestões e diagnósticos e legitimar a ação sistemática em todo o Estado encabeçada pela Assembleia Legislativa. Julgamos que isso tem grande valor, sobretudo a busca de informações para um melhor diagnóstico. No final, formataremos isso e faremos discussões num fórum temático organizado pela Assembleia. O Poder Legislativo é grande parceiro e tem dado grande contribuição para a área de segurança pública, apresentando sugestões para melhorar a segurança e proporcionar às pessoas sentimento de bem-estar, tão importante a todos nós.

Tivemos o privilégio de assumir o Comando da 3ª Região há 17 dias, no último dia 30. Estamos aportando nessa tão importante Unidade de Direção Intermediária - UDI - da Polícia Militar, a fim de dar continuação ao trabalho dos nossos antecessores e de conhecer um pouco mais as atividades de polícia ostensiva da região. A 3ª Região possui perfil bastante particular. Antes da abertura da reunião, conversamos rapidamente com o Deputado João Leite e dissemos que fazer polícia ostensiva na região é um desafio muito particular,

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura

17/5/2010 - 10 horas

Pág.: 7

porque os perfis municipais são bem-diferenciados. Há Municípios pequenos, com atrativos turísticos e menor população, indo desde o Vetor Norte - no nosso caso, Santana do Riacho e Jabuticatubas, passando por Vespasiano e chegando a Lagoa Santa. Santa Luzia e Vespasiano são as nossas maiores cidades. Também há outra sede de UDI, que passa por Sabará, Nova Lima, Raposos e Rio Acima e chega a Ouro Preto e Mariana. A região possui grande extensão, e o perfil da sociedade é bem-particular.

Embora não tenha preparado uma apresentação, mostrarei aos senhores alguns números. Comparando-se 2008 a 2009, em termos de criminalidade violenta na região, houve decréscimo de 5,11%. A Região é subdividida em cinco Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública - Acisps. Na Acisp 12, há o Batalhão de Santa Luzia; na 13, a 1ª Companhia de Nova Lima; na 15, o 36º Batalhão de Vespasiano e a 15ª Companhia de Sabará; e na Acisp 32, a 8ª Companhia de Ouro Preto. Essas Acisps e unidades compõem a 3ª Região de Polícia Militar. Comparando-se 2008 a 2009, houve queda em termos de criminalidade violenta, como já disse, da ordem de 5,11%. Em relação a homicídios consumados, houve decréscimo de 2,58%. No biênio 2008-2009, houve maior preocupação com Ouro Preto, que saltou de 18 para 32 homicídios em termos absolutos, ou seja, houve aumento de 77%. Historicamente estamos fazendo uma primeira análise em relação a 2008 e 2009. Comparando-se o primeiro quadrimestre de 2009 e 2010 - resultado mais recente da Risp -, em termos de criminalidade violenta, houve redução de 4,04%. A redução foi maior em relação a homicídios. Preocupa-nos a

questão dos estupros tentados e consumados, também objeto de pequena avaliação. O aumento dessa incidência deveu-se à nova lei, que mudou a codificação de crime de estupro. O fato iniciado é caracterizado estupro e causou impacto nos números. Portanto, nesse quadrimestre, em termos de crimes violentos, houve redução. Consideradas as Acips, na região de Nova Lima, houve acréscimo um pouco mais destacado, 31%, e redução nas regiões de Vespasiano e Ouro Preto. Verificamos que algumas cidades merecem mais atenção em relação a algumas modalidades de crime. Os homicídios são os carros-chefe. O Dr. Elcides possui dados a esse respeito. Vou deixá-lo falar um pouco mais sobre essa questão. Ele poderá discorrer melhor sobre um trabalho investigativo que está sendo realizado. Comparando-se os últimos três anos e os quadrimestres de 2009 e 2010, em alguns locais houve maior ascensão, mas, considerando-se a Região como um todo, houve decréscimo.

O histórico da 3ª Região advém de quando Vespasiano era uma companhia independente, ou seja, possuía menor fração de policiais militares. Em Santa Luzia, havia um contingente menor, bem como em outras unidades, como Nova Lima, Sabará e Ouro Preto. Ao longo dos últimos anos, a polícia se redimensionou e se articulou internamente. Hoje, então, nos preparamos para que as unidades tenham melhor estrutura e efetivo e para que haja contenção e diminuição da criminalidade. Ainda há problemas muitos particulares e comuns a todos os Estados, sobretudo em termos de efetivo. Hoje o nosso efetivo, em toda a Região, possui redução da ordem de 16%. Ao longo dos anos, com a formação de novos soldados, procuraremos diminuir

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura

17/5/2010 - 10 horas

Pág.: 9

esse problema. Há alguns estudos realizados e encaminhados ao escalão superior para melhor previsão de efetivo.

Nas duas primeiras semanas em que estamos aqui e em conversa com membros dos Conselhos de Segurança Pública e com algumas autoridades e lideranças, verificamos - isso não é novidade - que a tendência desta região é crescer muito. Vespasiano, Lagoa Santa e Santa Luzia tendem a crescer com a Cidade Administrativa, o novo aeroporto e a realização da Copa do Mundo e da Copa das Confederações. A região de Nova Lima apresenta grande expansão imobiliária e adensamento demográfico, com a construção da alça e de outras obras de infraestrutura. Então, um dos desafios da segurança pública é se preparar para o aumento da população e para todo esse impacto provocado pelo progresso. E nós, Polícias Militar, Civil e Sistema Integrado de Defesa Social, nos preparamos mais.

Em termos de planejamento, as campanhas de alto impacto na prevenção criminal continuam sendo um dos carros-chefe para promovermos o policiamento ostensivo na Região. Trabalhamos com rede de vizinhos protegidos e campanhas educativas realizadas em parceria com a comunidade. Isso possibilita realizar campanhas de alto impacto. Da mesma forma que em outras Risps, temos dado ênfase a projetos que envolvam jovens. O Jovens Construindo Cidadania - JCC -, para aqueles que não o conhecem, é uma ação coordenada pela Polícia Militar nas escolas que procura desenvolver o sentimento de cidadania e de ordem dos jovens. O Proerd, muito ativo na região, assim como em todo o Estado, é desenvolvido pela Polícia Militar e trabalha

especificamente com a educação do jovem quanto a uso de drogas. A Polícia Militar tem apostado em alguns serviços, e o mais recente, ainda em fase de treinamento e implementação, é o Grupo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Risco - Geacar. Outros tipos de serviço têm sido essenciais, e citamos o Grupo Especializado em Policiamento em Áreas de Risco - Gepar. Nos últimos anos, sobretudo 2008 e 2009, houve potencialização desse tipo de serviço atuando nos grandes aglomerados e com pessoal especializado. A Base Comunitária Móvel é outro tipo de serviço. Aqui, um que precisa ser não só implementado de maneira efetiva, mas também priorizado, as Patrulhas Rurais, além dos esforços de repressão imediata com as companhias de Tático Móvel das unidades.

Uma particularidade que notamos nessas duas primeiras semanas e já foi alvo de observação por parte dos Comandantes diz respeito aos eventos locais. Esta é uma região onde há muitos eventos, feiras, rodeios; principalmente neste período do ano, isso é muito recorrente. E um dos nossos desafios é alcançar uma organização maior para desenvolver esses eventos, de forma a implementá-los e fazer com que ocorram da maneira mais organizada. As comissões municipais, que cuidam desses eventos estão sendo incitadas por nós, Comandantes nas cidades, Prefeitura, Corpo de Bombeiros e Ministério Público, agente fiscalizador; enfim, o Estado como um todo. Isso é um desafio, pois esses eventos são do calendário permanente em todas as cidades, que os valorizam muito. Não devemos ter problemas como o que ocorreu este final de semana, na região de São Paulo: desabamento de

palco e feridos. Nos anos anteriores, houve problemas de sinistro. Com todos esses parceiros, de maneira mais organizada, vamos antecipar-nos e realizaremos esses eventos de forma mais tranquila.

Já temos notícia - e é fato para os integrantes da Polícia Militar - de que o Poder Judiciário e o Ministério Público trabalham de maneira sintonizada com a Polícia Militar, parceira em todos os Municípios, em todos os níveis de atuação nas diversas comarcas. Essa parceria, essa organização, esse nivelamento representa um grande ganho para todos e, hoje, mais do que nunca, é necessário para se fazer política e para obtermos respostas mais efetivas no trabalho que desenvolvemos.

Preocupamo-nos muito, pois viemos da realidade de Belo Horizonte, do policiamento que vivenciamos comandando o 1º Batalhão na região central. Observamos que a Capital, como um todo, sofre com alguns fenômenos que esse nivelamento, essa parceria que mantemos com o Judiciário, tenta minimizar. O Judiciário tem procurado ficar atento e nos tem ajudado muito.

Há a questão da saída temporária dos presos nos feriados, nos indultos diversos, com aporte desses sentenciados, de retorno, ainda que temporário, o que causa grande impacto na sociedade. Temos de melhorar esse "link" com o Judiciário, com o Sistema de Defesa Social, com a Secretaria e com a Suapi, para permitir monitorar esses sentenciados, que, de alguma maneira, podem causar impacto em seu retorno às ruas, ainda que temporário, com cometimento eventual de crimes. Temos certeza de que, por parte do Judiciário, há preocupação

com esse grande acúmulo de processos, o que, infelizmente, ainda causa impacto para a Polícia Militar quanto à condição dos réus presos. Esse é outro gargalo que não nos diz respeito diretamente, mas é uma realidade que merece ser mostrada. A soltura de réus presos, sobretudo por causa de excesso de prazo nas prisões em flagrante, esse acúmulo de processos e a capacidade de resposta relativamente limitada - pois, muitas vezes o Judiciário não tem condições de dar uma resposta imediata - também representam um problema, e precisamos nos unir para diagnosticá-lo melhor na nossa região a fim de minimizá-lo.

Para concluir, como dissemos, é importante ter esse espaço legítimo de discussão. É necessário evitarmos a desordem; fazemos com que ambientes sem organização, licenciamento municipal, limpeza, avaliação sanitária, de certa forma ilegais, sem planejamento para eventos sofram fiscalização dos poderes públicos municipal, estadual e federal - e estadual por meio de políticas públicas. As Prefeituras são nossas parceiras, e podemos organizar-nos ordenando mais os espaços e logradouros dos eventos. Cada um faz a sua parte; à sua maneira, contribui com a comunidade. Com os segmentos e associações comunitárias do Consep, continuaremos não só obtendo números expressivos, como também mostraremos mais rapidamente bons resultados e continuaremos a fazer contenção com linha descendente da criminalidade.

O nosso desafio maior é aumentar a sensação de segurança das pessoas. Esse é o grande desafio da polícia na 3ª Região, em

Minas Gerais e no Brasil como um todo: fazer com que o sentimento de confiança da comunidade se arraigue mais, seja mais sedimentado. Com propostas como essa junto a cada segmento, que consigamos construir de maneira mais efetiva esse sentimento das pessoas. São essas as minhas primeiras palavras, Sr. Presidente, senhores ouvintes. Estamos à disposição para discorrer sobre cada ponto em que, em particular, surjam dúvidas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Antes de o Dr. Elcides iniciar a sua explanação, informo que está conosco à Mesa, o Sr. Ronaldo Silvestre, Presidente do Consep da região de Santa Clara. Obrigado pela presença. Também convido para compor a Mesa o Vereador Ricardo Antunes, da Câmara Municipal de Sabará. Registro a presença de Ana Maria Victor, do Núcleo de Prevenção à Criminalidade, da Seds, e de Júlio César Fernandes, da Associação Sociocultural Diadorim. Com a palavra, o Dr. Elcides.

O Delegado Elcides José Batista Guimarães - Bom dia a todos! Cumprimento os Deputados João Leite, Presidente desta Comissão, Rômulo Veneroso e Maria Tereza Lara; a Vereadora Ana, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; e o Dr. Daniel, Promotor de Justiça. Na pessoa do Cel. Aryone, cumprimento os demais componentes da Mesa e todos os presentes.

O Cel. Aryone fez uma grande explanação sobre a criminalidade em geral. Farei alguns complementos em relação a áreas específicas, porque, felizmente, principalmente nesse primeiro quadrimestre de 2010, houve números favoráveis no contexto,

Código do documento: 799660

principalmente da região metropolitana. Infelizmente, os 1º e 2º Departamentos não tiveram números tão exitosos. Entendo isso como fruto dessa integração que existe na 3ª Região. Cumprimento o Cel. Anyone, recém-chegado à nossa região. Vínhamos desenvolvendo um trabalho com o Cel. Josué que tem surtido muito efeito. Com certeza, o Cel. Anyone continuará o mesmo trabalho.

O 3º Departamento de Polícia Civil, que tem a mesma conformação da Polícia Militar, é composto por 22 Municípios e 31 Aisps, sendo que, em alguns Municípios, há mais de 1 Aisp. Podemos citar o caso de Vespasiano, onde há três - da parte da Polícia Civil, isso corresponde a três Delegacias. Em Santa Luzia, deveria haver quatro delegacias, mas há três, porque há uma virtual que ainda não foi montada, mas já está dividida em área de segurança pública.

Os números que citei, mas não mostrei são favoráveis no primeiro quadrimestre de 2010 em comparação ao primeiro quadrimestre de 2009: houve redução de 37% no número de homicídios e 26% no de tentativas de homicídio. Esses números são significativos, se comparados a outras Regiões, e isso é fruto do trabalho desenvolvido em nível estadual. Em nossa região, temos desenvolvido trabalhos em conjunto, com priorização de alvos. Aqui não é o lugar apropriado para falarmos sobre minúcias do trabalho policial. Com a priorização de alvos, elegemos constantemente alguns e trabalhamos em cima deles. Nos trabalhos das duas polícias, temos conseguido obter êxito tirando esses alvos de circulação.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 15**

Em relação a homicídios, na área do 3º Departamento, conseqüentemente da 3º Risp, há Delegacia de Homicídios em Vespasiano, Santa Luzia e Sabará. Nos outros Municípios, são as delegacias normais que respondem pelos homicídios. Isso faz com que, momentaneamente, concentremos esforços em algumas unidades. Há aproximadamente 2 anos, para dar um exemplo, houve problema setorizado em Lagoa Santa, onde concentramos esforços, mas hoje o Município está tranquilo do ponto de vista do número de homicídios praticados.

No caso da Polícia Civil, pelo fato de o nosso contingente ser menor, temos de concentrar esforços quando há um pico de violência em determinado Município.

Concordo plenamente com o que disse o próprio Cel. Aryone sobre o aumento do número de crimes de estupro, pois realmente isso é fruto da nova lei. Esse novo enquadramento, como aconteceu quando entrou em vigor a Lei Maria da Penha, gerou momentaneamente o aumento do número de ocorrências relativas a esses crimes. Realmente isso nos preocupa, mas tem de ser analisado todo o contexto desse tipo específico de crime.

Em relação à violência, temos inovado a implantação na área do 3º Departamento, notadamente na regional de Vespasiano, onde a Dra. Ana Glaura é a Delegada Regional. Abrindo-se um parênteses em relação ao que disse a Deputada Maria Tereza Lara sobre a Ten.-Cel. Cláudia, Vespasiano é hoje uma cidade comandada pelas mulheres, pois

temos uma comandante de batalhão e uma delegada regional na linha de frente.

Na Regional de Vespasiano e de Santa Luzia, estamos implantando núcleos de mediação de conflitos, que buscam, na realidade, tentar essa interferência nos crimes de menor potencial ofensivo. Pretendemos implantá-los em toda área da região, e, depois, haverá uma expansão para toda área do departamento.

Na realidade, estamos tratando da região integrada e do departamento da Polícia Civil, mas não poderia deixar de falar sobre alguns problemas setoriais, principalmente em três delegacias regionais e, conseqüentemente em três Acisps. Em Sabará, em Nova Lima e em Ouro Preto, ainda não há delegacias de plantão da Polícia Civil, o que acaba ocasionando um problema muito sério no andamento do serviço, pois todos os policiais, delegados, escrivães e agentes trabalham no expediente e, muitas vezes, acabam também trabalhando no plantão, já que as equipes de agentes de plantão são diminutas. O delegado e o escrivão do plantão são os mesmos que trabalham durante o expediente. Eles tiram a permanência e se deslocam para fazer os plantões quando há casos de flagrantes. Esse problema é muito sério. A Chefia de Polícia e o Superintendente-Geral têm conhecimento do fato, mas o nosso quadro ainda não comporta a implantação dessas delegacias de plantão. A título de exemplo, no último concurso, para a área do 3º Departamento, recebemos 48 agentes de polícia, que foram distribuídos para as 22 cidades, notadamente para aquelas em que há

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 17**

um maior índice de violência e também um maior número de habitantes, que são os dois critérios utilizados para essa distribuição.

Felizmente, há delegados em todas as comarcas da área do departamento. Não há delegados e, muitas vezes, não há escrivães em alguns Municípios da área do departamento, em razão da carência de servidores. Às vezes um delegado tem de responder por mais de uma delegacia e por mais de um Município. No geral, temos conseguido administrar esse problema.

Voltando à realidade da área do 3º Departamento da 3ª Região, para exemplificar, gostaria de dizer que a Regional de Vespasiano é composta por oito Municípios: Vespasiano, Lagoa Santa, São José da Lapa, Confins, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Capim Branco e Prudente de Moraes. Essa é a maior regional e, conseqüentemente, é a maior área de batalhão da Polícia Militar.

No caso da Polícia Civil, fizemos uma divisão. No Município de Pedro Leopoldo, temos uma estrutura, com agentes e escrivães que trabalham no regime de plantão, como se fosse uma delegacia de plantão, exatamente para não sobrecarregarmos o plantão de Vespasiano. Infelizmente, ainda não conseguimos suprir essa estrutura com delegado, que é ainda o mesmo que responde pelo plantão de Vespasiano e de Pedro Leopoldo. Acredito que tem prestado um atendimento a contento, evitando-se o deslocamento dos policiais militares de Pedro Leopoldo, Matozinhos, Prudente de Moraes e Capim Branco para Vespasiano.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 18**

A Regional de Santa Luzia, além do próprio Município de Santa Luzia, que é o mais populoso da região, com em torno de 250 mil habitantes, é composta pela Comarca de Jabuticatubas e pelo Município de Santana do Riacho, que, apesar de serem dois Municípios com população diminuta, perdem somente em tamanho geográfico para os Municípios de Ouro Preto e Mariana, pois são muito extensos. Santana do Riacho, que pertence à Comarca de Jabuticatubas, engloba grande parte da Serra do Cipó, com todo aquele complexo turístico.

A Regional de Sabará é composta pelas Comarcas de Sabará e de Caeté e pelos Municípios de Taquaraçu e Nova União, que pertencem à Comarca de Caeté. Muitas vezes, dedico uma atenção especial a esta Comarca, para que jamais fique sem delegado, pois ele responde pelos Municípios de Taquaraçu e Nova União, que realmente não têm policiais civis. Em Sabará, realmente, a situação é um tanto quanto complicada, pois está prevista a instalação de três delegacias de polícia, mas ainda não conseguimos implantá-las. Em um sistema intermediário, elas funcionam em um mesmo prédio, que já foi dividido por AIs, para não atrapalhar a sistemática das áreas integradas, senão, realmente, não conseguiríamos trabalhar respectivamente com elas. A Polícia Civil tem-se concentrado bastante para resolver esse problema. Já solucionamos a questão da lotação de delegados e solucionaremos o problema da lotação de escrivães. Acreditamos que, com o próximo concurso, conseguiremos resolver a questão dos agentes.

A Regional de Nova Lima compreende, além da Comarca de Nova Lima, os Municípios de Raposos e Rio Acima. A Comarca de Nova Lima

Código do documento: 799660

também responde por esses Municípios. Apesar de não haver delegacia de plantão, a região tem uma criminalidade mais reduzida. Em Sabará, dificilmente passamos um dia sem que haja, pelo menos, um flagrante, pois é uma região com um índice de criminalidade maior.

Finalmente, reforçando o que disse o Cel. Aryone, o nosso departamento vai até a Regional de Ouro Preto, que foge em termos de região metropolitana, mas pertence, no que diz respeito à segurança pública, à chamada Região Metropolitana de Segurança Pública, que engloba a Regional de Ouro Preto e as Comarcas de Itabirito, Mariana e Diogo de Vasconcelos, Município que está bem próximo de Ponte Nova.

Não me alongarei, pois essa era a exposição que gostaria de fazer. Há muitas estatísticas, mas não precisamos falar sobre todas. Em razão dessa integração na 3ª Região, temos conseguido manter a violência sob certo controle.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradeço ao Dr. Elcides. Com a palavra, o Dr. Daniel de Oliveira, Promotor de Justiça da Comarca de Vespasiano, que representa, nesta audiência, o Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça.

O Promotor Daniel de Oliveira - Exmo. Deputado João Leite, é uma satisfação estar na companhia de V. Exa. Talvez não se recorde, mas, antes de ser Promotor de Justiça, eu era integrante da IBC, onde tive inúmeras oportunidades de ouvi-lo falar. Para mim, isso sempre foi um prazer, e estar aqui hoje é uma grande satisfação.

Cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara, autoridades, senhoras e senhores; Deputado Rômulo Veneroso, Presidente da Câmara

Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 20**

Municipal, com quem ainda não tivemos uma reunião pessoal, pois cheguei há apenas 40 dias, mas, certamente, solicitarei a V. Exa. que me receba, pois há questões importantíssimas a serem tratadas, demais autoridades, senhoras e senhores.

Estou em Vespasiano há 40 dias, oriundo de Pará de Minas, e, durante cinco anos, permaneci em Guanhães. Como disse o Coronel, após essa permanência de 40 dias em Vespasiano, passei a ter uma preocupação muito grande. Tive de manifestar-me pela soltura por excesso de prazo em, pelo menos, 10 processos graves, de homicídios qualificados e de tráfico, envolvendo criminosos reincidentes.

Neste primeiro momento, farei um apelo a esta Comissão, como fiz ao Procurador-Geral e ao Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, e como farei, na quarta-feira, ao Prefeito Municipal de Vespasiano e na reunião com a Câmara Municipal. Temos uma vara criminal, presidida pela Dra. Roberta Chaves, que chegou há pouco tempo, salvo engano, há uns seis meses, com 1.800 processos conclusos em seu gabinete, entre sentenças e despachos. Entramos para a sala de audiência normalmente às 13 horas ou às 13h30min e saímos todos os dias às 18 horas. Há, pelo menos, 20 a serem designados, mas não há pauta. A Dra. Roberta entrará em licença-maternidade no final deste mês. Essa reunião com o Desembargador Sérgio Resende foi para solicitar um substituto para cobrir a sua falta durante a licença. Do Tribunal, tivemos a informação de que, pelo menos, até outubro ou novembro, quando ingressarem os Juizes oriundos do concurso em andamento, com prova

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 21**

oral designada, não será encaminhado nenhum Juiz a essa Comarca. Com um Juiz, a situação é de excesso de prazo. Uma audiência para um réu preso tem sido marcada para agosto e setembro. A pauta já caminha para 2013. A segurança pública passa a enfrentar um problema sério, pois, quando o criminoso percebe que, ao praticar um crime, isso não redundará em punição estatal e em apuração desde a fase preliminar, em que se faz presente a Polícia Militar, até a fase intermediária, com a Polícia Civil, e a fase final, com o processo no Ministério Público, oferecendo denúncia, e o processo criminal, a tendência é que não acredite tanto no poder estatal e passe a ampliar a sua atividade criminosa.

Vim de uma Comarca menor, Guanhães, onde permaneci por cinco anos. Em Vespasiano, o Ministério Público, diariamente, lida com o tráfico ilícito de entorpecentes, mas o delito não é apenas o tráfico, pois este gera homicídio, furto e roubo. Essa criminalidade que gravita em torno do tráfico ilícito de entorpecentes é alta e não tem tido uma apuração célere e eficaz, pelo menos nesta Comarca, já que não conheço a realidade das demais comarcas que integram a 3ª Região.

Nesta Comissão, apresentarei dois pedidos: um imediato, que seria para ponderar junto ao Presidente do Tribunal de Justiça, que por enquanto é o Desembargador Sérgio Resende e a partir da primeira semana de junho será o Desembargador Cláudio Costa, que nos remeta um Juiz substituto, pois a Dra. Roberta sairá no dia 30 de maio e só

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 22**

retornará em fevereiro do ano que vem. Esse é o primeiro pedido que faço a esta Comissão.

O segundo pedido, que é o motivo da reunião que farei com a Presidente da Câmara Municipal e com o Prefeito, é para que seja instalada uma nova vara nesta Comarca, que já foi criada, mas demanda apenas a sua instalação.

Digo isso porque a Dra. Roberta hoje abarca, em sua vara, todos os processos criminais, cíveis e infracionais de infância e juventude, toda execução penal e toda Lei Maria da Penha. É impossível a um único ser humano resolver todas as demandas que lhes são levadas. Cheguei aqui no dia 7 de abril, e a Promotoria contava com 602 processos com pedido de vista. Quando tomamos posse, temos de fazer um ofício à Corregedoria comunicando haver assumido a função de Promotor de Justiça e relatando o número de processos recebidos. Eram 422 inquéritos, algumas execuções penais e processos de trâmite regular. Estou terminando um dossiê que encaminharei ao Corregedor-Geral do Ministério Público e ao Procurador-Geral de Justiça. Quando comecei a trabalhar, havia uma pilha de aproximadamente 70 processos, onde a autoridade policial civil representava pela prisão preventiva de investigados, todos referentes a crimes gravíssimos, como roubos, homicídios, tráfico de entorpecentes. E esses 70 processos encontravam-se desde 2008 na Promotoria. Isso causou-me mal-estar, uma sensação de impotência por parte do Ministério Público. Solicitei ao Corregedor que encaminhasse um cooperador para solucionar pelo menos parte do problema. Mas recebi a informação de que ele não virá.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 23**

Tenho audiências o dia inteiro. Estou indo ao nono júri, amanhã, em apenas um mês de trabalho. Apesar de ter reduzido a quase metade o acervo de processos que recebi neste mês, a quantidade ainda é muito grande. Na Comarca de Vespasiano está a Sede Administrativa, a primeira grande cidade a que aportam os visitantes advindos do aeroporto internacional. Uma comarca que é como qualquer região metropolitana, tem seus bolsões de violência e criminalidade, e toda ela circunda o Centro Administrativo do nosso Estado. Não é possível que nenhuma providência seja tomada. Talvez seja possível a divisão do trabalho entre dois Juizes, o que daria maior celeridade à tramitação dos processos. Caso contrário, os inúmeros criminosos, monitorados pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, serão soltos. Tenho um caso sério, em que a denúncia foi oferecida há três meses e, no início de junho, terá ocorrido o excesso de prazo. E sem Juiz para fazer a audiência de instrução, o réu será solto. Trata-se de uma pessoa suspeita da prática de pelo menos 15 homicídios e que será solta no próximo mês que vem. Fico preocupado porque não existe outra solução, no que tange à parte processual, à parte afeta ao Ministério Público e ao Judiciário da Comarca de Vespasiano, senão a imediata instalação de uma nova vara criminal. Estou disposto a reunir-me com o Governador, caso a Comissão entenda necessário, para resolver esse problema.

Mas há outra questão que muito me aflige, que é a cifra negra do direito penal. Estatisticamente, percebemos uma diminuição na região - não sei como é especificamente na Comarca de Vespasiano.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 24**

Mas existe uma criminalidade que fica à margem da apuração que é a chamada cifra negra. É a criminalidade que não é apurada porque sequer chega ao conhecimento da Polícia Civil e da Polícia Militar. Percebo, nas audiências de que participo, que essa cifra negra é grande. Há testemunhas que não têm coragem de externar formalmente os crimes e nos procuram informalmente na Promotoria de Justiça, solicitando providências, denunciando traficantes, homicidas e abusadores. E essa criminalidade é resolvida quando existe uma estrutura mínima da Polícia Civil, com maior quantidade de agentes para investigar de maneira mais adequada. Há carência de um setor de inteligência mais bem estruturado, em especial no que tange aos crimes de tráfico de entorpecentes. A Polícia Militar, de igual modo, com mais recursos humanos, e o Judiciário, recebendo a atuação repressiva das polícias, dando vez e voz aos reclames sociais de segurança pública. Não basta ao Estado agir sem a participação popular. Gosto de mencionar, em todo júri, um artigo constitucional que é fundamental para mim. Trata-se do art. 144: "A segurança pública é dever do Estado". Mas a Constituição não para por aí. Ela estabelece: "é direito e responsabilidade de todos." Percebo que a sociedade civil não tem-se responsabilizado. E como ocorre essa responsabilização? Temos, por exemplo, os Conselhos Municipais da Infância e Juventude, Segurança Pública, Conselhos Antidrogas. Esses conselhos não são responsáveis por investigar, porque isso não é atividade de conselho e, sim, policial, mas por discutir segurança pública no âmbito de cada Município. São responsáveis por apresentar

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 25**

e solicitar aos detentores de poder no Executivo, Legislativo e Judiciário que sejam realizadas políticas sociais, desenvolvidas medidas municipais de contenção ou de recuperação dessas pessoas, especialmente as envolvidas com drogas.

Se ocorre o excesso de prazo, obrigando Juiz a soltar criminosos, imaginem os senhores como é levada a Vara da Infância e Juventude, onde a maior participação, ligada ao tráfico, é de crianças e adolescentes, que são os aviõezinhos e as mulas, usados pelos traficantes. Infelizmente, muito pouco é feito para solucionar essa questão. Sinto-me impotente diante de tudo o que expus. É necessária a adoção imediata de uma postura diferenciada não só municipal, mas também institucional por parte do Ministério Público e do Judiciário, obviamente influenciado pelo Legislativo e Executivo. Se não for aqui instalada uma nova vara, a tendência é de que os processos sejam julgados, ocorrendo como no primeiro semestre deste ano. Antes de chegar, foram feitos sete julgamentos pelo júri aqui na comarca. Destes, salvo engano, quatro referentes a crimes ocorridos nos anos de 2005, 2006 e 2007. Quase cinco anos depois, com testemunhas ameaçadas, outro resultado não teria senão sete absolvições. Cheguei em abril, estou no nono júri, gosto de realizar júris, e, dos oito processos em que me manifestei, apenas em um houve uma testemunha, a própria vítima, que disse: eu vi. Nos outros todos, ninguém teve coragem em razão de ameaças. Por sorte, dos oito, houve sete condenações e uma absolvição. Mas foram crimes ocorridos em 2007 e em 2008, crimes bárbaros, graves, como um latrocínio, ocorrido em

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 26**

2007, tendo a vítima recebido um tiro no pescoço. Leva-se de dois a três anos para se julgar um processo tão grave como um crime de homicídio. O que nós queremos, o que a sociedade quer, senão permanecer nessa sensação de impunidade?

Quanto aos casos de saídas temporárias, Coronel, como cheguei há pouco, temos uma legislação de execução penal, salvo engano a Lei nº 7.210, que permite ao criminoso retornar ao convívio social de forma gradativa. Concordo com V. Exa. quando diz que algumas pessoas têm de ser acompanhadas de forma mais adequada, em especial no período em que retornam à sociedade. Coloco-me à disposição da Polícia Militar e da Polícia Civil para que me apresentem o nome dessas pessoas. Normalmente, quando o crime é mais grave, como os hediondos, solicito o parecer de psiquiatras e psicólogos da Comissão Técnica de Classificação exatamente para que tenhamos, ainda que preliminarmente, a tranquilidade de que a chance de reincidência do réu será minimizada. Em períodos festivos, em especial durante as festas populares, como carnaval, reveillon, em que há bebida alcóolica, tráfico de drogas, a Dra. Roberta e eu sempre nos posicionamos contrariamente às saídas temporárias. Solicito à Polícia Civil que elabore relatórios para que a Dra. Roberta e eu estejamos munidos de maiores informações quanto a esses reeducandos.

Encerro minha fala, dizendo que é uma satisfação estar na Comarca de Vespasiano. Conversamos com as comissões na semana passada. Quarta-feira teremos uma nova reunião, especificamente sobre

Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 27**

segurança pública. Contem comigo. Gosto da articulação para tentar resolver as questões de outra forma que não a judicializada porque esta, volto a dizer, está estagnada, e muito pouco é feito, não por culpa da Dra. Roberta ou de outros Promotores, mas em razão da existência de uma vara que não comporta a importância da Comarca de Vespasiano no cenário mineiro. O recenseamento que será feito este ano indica que a Comarca de Vespasiano ultrapassa os 150 mil habitantes, necessitando de mais verbas, mais Juizes e Promotores de Justiça.

Apelo para esta Comissão a fim de que seja instalada uma Defensoria Pública na Comarca de Vespasiano. A Defensoria Pública é uma instituição fundamental para a segurança pública. Não temos Defensores e há dificuldade de conseguir advogado dativo. Os poucos que recebem esse encargo da Juíza de Direito não são em número suficiente para atender à demanda. Democracia forte, sociedade forte, importa na existência de um Judiciário forte, de um Legislativo forte, de um Executivo forte, de um Ministério Público atuante e de uma Defensoria Pública organizada e estruturada. Uma das principais causas do excesso de prazo é exatamente a demora na nomeação de advogados. A Juíza nomeia um advogado, ele recusa, nomeia outro, ocorre o mesmo, e há uma demora de mais de um mês para se conseguir um profissional.

E isso não pode ser atribuído ao réu, mas ao Estado. E o Estado falha. Solicito a esta Comissão que, juntamente com o Dr. Belmar, Exmo. Defensor-Geral, busque a instalação nesta Comarca, da

Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 28**

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, essa fundamental instituição.

Agradeço à Comissão e coloco-me à disposição para o que se fizer necessário. Deputado João Leite, volto a dizer que é uma grande satisfação dividir a Mesa com V. Exa. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Dr. Daniel. É uma grande alegria revê-lo tão atuante. (- Palmas.) O Dr. Daniel nos mostra o outro lado da defesa social, da segurança pública. Sempre chamamos a Polícia Militar, a Polícia Civil, mas se não tivermos as outras estruturas da segurança pública, as coisas ficam muito difíceis. Ele levantou algumas questões muito graves e o Dr. Vladimir, nosso consultor, já está preparando vários requerimentos. Mas antes, levando-se em conta que os acontecimentos em Vespasiano são muito graves, proponho aos nossos colegas da Comissão que procuremos o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa para que faça contato com o Dr. Moacir Lobato, Secretário de Defesa Social. Acho que essa tem de ser uma relação institucional da Assembleia Legislativa com o Tribunal de Justiça. Como a Assembleia criou a vara e o Tribunal de Justiça ainda não a instalou, temos que discutir isso em cada instituição e o Parlamento de Minas Gerais falará com as outras instâncias. Levaremos um relatório dessa situação preocupante. Os números da Região Integrada são ótimos, estão prendendo, mas não há sequência. No curto prazo, há possibilidade de criminosos perigosos serem liberados por excesso de prazo, porque as Polícias funcionaram, mas a Justiça não.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 29**

Ainda, hoje, quando retornarmos à Assembleia, Dr. Daniel, faremos isso. Também votaremos requerimentos solicitando isso ao Presidente do Tribunal de Justiça, além disso, solicitaremos contato do Presidente da Assembleia com o Presidente do Tribunal de Justiça e com Secretaria de Defesa Social, principalmente em relação à questão da Defensoria. Como a lei que determina a instalação da Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado de Minas Geras foi criada na Assembleia Legislativa, ela tem autoridade para cobrar isso. Agradecemos as informações importantes que o Promotor nos trouxe, pois nos deu uma visão global da segurança pública.

Tive a oportunidade de presidir a Comissão Especial de Execução de Penas no Estado de Minas Gerais e, ao final, vimos o programa criado pelo colega do Dr. Daniel, o Promotor de Valadares, que informatiza toda a execução penal no Estado de Minas Gerais. Uma empresa de Minas Gerais está bancando todo o programa que será instalado no Estado de Minas Gerais. Isso nos ajudará a saber quando essas pessoas que estão cumprindo pena terão direito às saídas, à progressão de regime e à liberdade condicional. Isso será possível com a informatização da execução da pena no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Dr. Daniel.

Agradecemos a presença dos Vereadores Jessé Batista, de Sabará - muito nos alegra o interesse dos Vereadores -; José Natal, Márcio Barbosa, Francisco Martins e Paulo Sérgio, de Prudente de Moraes. Embora não haja espaço na mesa para todos, quero que se sintam como se aqui estivessem. Também registramos a presença do Sr.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 30**

Gustavo Henrique Neves Machado, Diretor de Relações Institucionais da Coordenadoria Especial da Juventude da Secretaria de Estado de Esportes e Juventude; da Sra. Alda Maria Salvador, do Consep de Aisp 9 - Consep 14 e 15; e da Sra. Cristina Diniz, do Conselho Estadual da Mulher, todos três fazem parte da Comissão - participam de todas as reuniões - que está montando o Fórum Técnico "Segurança, Droga, Criminalidade e Violência", que acontecerá nos dias 11, 12 e 13 na Assembleia Legislativa. Como terão de escolher os expositores, interessaram-se em acompanhar esta reunião na Região Integrada de Segurança Pública. Nessas reuniões, eu, a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Rômulo Veneroso, sempre levantamos a nossa grande preocupação em relação às drogas. Então, é bom que os senhores ouçam o Promotor falando sobre o tráfico de drogas, problema sério que está ocorrendo no nosso Estado.

Com a palavra, o Sr. Ronaldo Silvestre, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública da região de Santa Clara. Queremos dar vez e voz aos Conselhos de Segurança, que são muito importantes para nós. A contribuição da comunidade, da sociedade, é fundamental para a segurança pública.

O Sr. Ronaldo Silvestre - Bom-dia a todos. Na pessoa do Deputado João Leite, cumprimento toda a Mesa: o Cel. Ayrone, Comandante da 3ª RPM e o Dr. Daniel, com quem temos conversado sobre a situação de Vespasiano.

Como estamos discutindo aqui não apenas a questão de Vespasiano, mas também da Região Integrada de Segurança Pública,
Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 31**

sinto falta da presença de representantes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual. O Dr. Daniel falou com muita propriedade, mas apenas em relação à Comarca de Vespasiano. Apesar de ser morador de Vespasiano, sempre luto e brigo pelas coisas da Risp, que é composta por 22 Municípios. Acho fundamental a presença de um representante do Ministério Público, até mesmo para relatar o que está acontecendo nas outras Comarcas.

Até o final do ano passado, tínhamos aqui a presença da Defensoria Pública, mas, infelizmente, ela foi cortada sem que os Municípios de Vespasiano soubessem o verdadeiro motivo. Realmente, necessitamos de uma Defensoria Pública aqui. Por isso, endosso as palavras do Dr. Daniel. Acredito que esse não é um problema só de Vespasiano, mas dos outros 21 Municípios.

Como representante do Conselho Comunitário de Segurança Pública, quero informar que temos três Conseps instalados. Ainda não tivemos contato com o Cel. Ayrone, Comandante da 3ª Região, recém-chegado ao Município. Na época de outros Comandantes, como o Cel. Reinaldo, enquanto aqui pertencia a Contagem, e o Cel. Gontijo, fazíamos algumas reuniões com todos os Presidentes de Conseps. Depois que o Cel. Gontijo saiu não tivemos mais essas reuniões, que são importantes para discutirmos a questão dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública e avaliar o que está sendo feito nos outros Municípios que também poderíamos fazer aqui. Então, Cel. Ayrone, solicito-lhe que retome essas reuniões com os Conselhos Comunitários

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 32**

de Segurança, elos de ligação entre a comunidade e as Polícias Militar e Civil. Dessa maneira, poderemos contribuir para minimizar o problema de segurança que temos nas diversas Aisps.

Na Conseg estadual - isso irá para a Conseg nacional que, salvo engano, acontecerá em agosto -, foi aprovada a estruturação dos Conseps. Os Conseps são constituídos a partir da boa vontade dos moradores de cada região, mas não há estrutura para que façam seus registros em ata e nos cartórios. Quero saber como a Comissão pode ajudar os Conseps - até mesmo antes de haver a Conseg nacional - para que não tenham o ônus do registro, porque os próprios Conselheiros acabam tirando dinheiro de seus bolsos para fazê-lo. Se conseguirmos resolver isso já no âmbito estadual, será de grande valia para nós.

No debate público realizando na quinta-feira passada, na Assembleia Legislativa, sobre o enfrentamento da violência sexual infante juvenil, também foi discutido sobre as varas especializadas. O Deputado disse - não tinha conhecimento disso - que há 10 anos já foi feito encaminhamento ao Tribunal de Justiça para a criação de novas varas especializadas para desonerar um pouco os Juizes que estão sobrecarregados, com muitos inquéritos e processos, diminuindo assim o tempo processual. Apesar de sabermos que são Poderes distintos, como disse o Dr. Daniel, será muito bom se a Comissão tiver condições de ajudar. É claro que estamos olhando a situação de Vespasiano, pois moro aqui, mas é muito importante que se criem varas especializadas nas diversas comarcas para que o tempo processual diminua e o autor daquele delito possa, realmente, ser

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 33**

responsabilizado o mais rápido possível, evitando assim o cometimento da infração. Solicito à Vereadora Ana Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano, que institua no Município o Conselho Municipal de Segurança, que ajudará na execução de alguns projetos por meio do Pronaf.

Então, os Municípios que não possuem esse Conselho - são 22 - devem criar conselhos municipais de segurança. O Pronaf somente mandará verba para o projeto encaminhado se houver a instituição desses conselhos, que irão fiscalizar a aplicação desses recursos. Em Vespasiano, não temos. Isso depende da Câmara, e não do Executivo. O Legislativo deve criar um conselho municipal de segurança para que nós, comunidade e sociedade civil, possamos apresentar alguns projetos ao Pronaf, ajudando a retirar os jovens e adolescentes das ruas. Podemos ter projetos viáveis que minimizem o problema de segurança. É uma solicitação que deixo aqui para a Câmara Municipal de Vespasiano, bem como para as outras Câmaras dos diversos Municípios que se fazem presentes.

Estivemos, recentemente, instalados no Município de Vespasiano. A Aisp 68 fica na região de Morro Alto, e nós, na Nova Pampulha. Há 10 meses - creio - está aqui, mas até hoje não está funcionando. O que acontece? Não sei o motivo e o problema, mas gostaria de verificar essa situação aqui. Temos aqui alguns representantes de Morro Alto e da Pampulha e queremos saber por que temos o aparelho do Estado instalado no bairro, na região, mas não temos o atendimento por parte das Polícias Civil e Militar. A Aisp

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 34**

foi inaugurada, mas não está efetivamente funcionando. Gostaria de saber o motivo, se é de ordem técnica, de ordem funcional, o que está acontecendo, já que essa Aisp ainda não está funcionando.

Gostaria de perguntar também ao Comandante da 3ª Risp sobre a situação das delegacias especializadas. Não sei qual é a realidade dos outros Municípios, mas, em Vespasiano, tínhamos uma delegacia de atendimento à mulher que parou de funcionar. Já estivemos com a Dra. Ana Glaura, que nos colocou algumas situações. Mas aproveito a presença da Comissão, porque acredito nela e acredito que possa ser dado encaminhamento dentro daquilo que a Dra. Ana Glaura nos colocou. Não poderia perder esta oportunidade de expor para a Comissão a falta de delegacias especializadas. E não só de atendimento à mulher, mas de atendimento ao menor também. Hoje, o que acontece? Um jovem que comete um ato infracional vai para uma delegacia comum, que não tem a estrutura necessária para atendê-lo. Por isso, necessitamos delas. Estamos falando de uma Risp. São 22 Municípios. Não sei qual a realidade dos outros, mas acredito que também não possuem delegacias especializadas para atender à criança, ao adolescente e à mulher.

São essas as solicitações e ponderações que deixo aqui. Não falo em nome de todos os conselhos de todos os Municípios, mas acredito que o problema que temos em Vespasiano, em relação aos conselhos comunitários de segurança pública, sejam os mesmos em todos os Municípios. Esse é o encaminhamento que faço à Comissão para verificarmos de que forma podemos ajudar e dar uma credibilidade maior a esses conselhos, para que possam ser mais atuantes. Como o

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas Pág.: 35

Dr. Daniel disse, a comunidade precisa participar mais e ser mais efetiva. E ela se faz presente por meio dos conselhos. E não só do Conselho Comunitário de Segurança Pública, mas do Conselho da Mulher, da Infância e da Adolescência, do Idoso etc. É isso que coloco para a Mesa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Ronaldo. Em relação à sua fala sobre a estrutura dos Conseps, queria fazer uma sugestão, aproveitando a presença da Alda Salvador. No dia 21, vamos ter uma reunião em que discutiremos o fórum técnico. Quem sabe um dos temas do fórum não seja a estruturação dos Conseps? Gostaria de convidá-lo. Está conosco também o Presidente do Consep de Sabará, o Elias Magalhães. Obrigado pela presença. Fará uso da palavra? O Elias é também Coordenador do Juizado da Infância e Juventude de Sabará. Vocês poderiam se reunir e combinar para que tenhamos esse tema no fórum técnico. Poderemos discutir a estruturação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública.

Agora, passo a palavra para a Ten.-Cel. Cláudia. Depois ouviremos a Delegada. Queria também deixar a palavra livre para os Comandantes de Fração desses Municípios que estão aqui. Se desejarem, podem trazer alguma informação para a Comissão. Peço que deem o nome para a Daniela Duarte, que está aqui à minha direita, caso queiram trazer alguma informação que considerem importante sobre a sua região. São 22 Municípios com realidades diferentes. Gostaríamos de ter essas informações, porque elas nos ajudarão no relatório que irá para o fórum técnico.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 36**

Por favor, Ten.Cel. Cláudia.

A Ten.-Cel. Cláudia Araújo Romualdo - Exmo. Sr. Deputado Estadual João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, em cuja pessoa cumprimento todas as autoridades, pedindo vênias, para que não nos estendamos. Vou tentar ser breve na minha fala, até porque a parte mais interessante da audiência pública é aquela destinada às perguntas e respostas, momento em que a população pode participar e fazer questionamentos sobre assuntos que julga importantes.

Dr. Daniel, o senhor fala em população, e a de Vespasiano hoje conta com 105 mil habitantes; a de São José da Lapa, que também impacta em nosso fórum, é de 19.500 habitantes. Então está perto disso que o senhor pensou. O que imaginamos - para que as pessoas presentes entendam - é que mais de um terço dos Municípios de responsabilidade da 3ª Risp está conosco. Quando digo conosco, digo comigo e com a Dra. Ana Glaura, porque somos as responsáveis aqui, Polícia Militar e Polícia Civil, por esses oito Municípios que mencionamos.

Qualquer comunidade, qualquer sociedade hoje quer que o local onde mora e trabalha seja tranquilo, seja um local onde possa transitar com tranquilidade, para levar ou buscar seu filho na escola, às vezes até permitindo que ele faça o trajeto sozinho. As pessoas querem ir aos bancos, às casas lotéricas, fazer compras com tranquilidade. Para isso, é necessária toda uma estrutura do Estado que garanta à população ordeira essa condição. Mas, no mundo em que

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 37**

vivemos hoje, não existe nenhum órgão constituído ou autoridade que consiga fazer isso de maneira isolada, de maneira estanque. Se virarmos uma ilha, não há como o trabalho fluir. Esse trabalho de segurança pública começa com a Polícia Militar nas ruas, fazendo o trabalho de prevenção. Quando lançamos nosso efetivo nas ruas com viaturas, com motos ou com bicicletas, isso não se dá de maneira aleatória. O nosso efetivo está nas ruas de acordo com os estudos e estatísticas que a instituição tem sobre os locais onde os fatos estão ocorrendo. Exceto os fatos que já ocorreram, dos quais temos conhecimento, esse lançamento só pode se dar de maneira diversa com a participação da comunidade. E ela vai participar por meio dos Conseps e das associações de bairro. A partir daí, a Polícia Militar toma conhecimento do anseio da comunidade. Sem isso, não há condição de fazermos esse lançamento de forma diferente. Todo Comandante hoje não se descuida e não é irresponsável a ponto de lançar os recursos que tem e que são poucos onde a situação não demanda. Começamos esse ciclo por aí. Para nós, só importa a reação e a repressão quando ocorre um crime. Mas temos o raciocínio inverso, porque trabalhamos para que outros não ocorram.

Fora da parte preventiva, pela qual a Polícia Militar é responsável, assim que ocorre um crime - o nosso trabalho é para que ele não ocorra -, mandamos para o local efetivos na quantidade que a situação demanda. Mandamos homens e viaturas para fazer face ao fato que ocorreu. Se conseguimos efetuar alguma prisão ou fazer apreensões, levamos para a Polícia Civil, com o máximo de informações

no nosso boletim de ocorrência, para que haja um prosseguimento lá. E esse ciclo vai caminhando: a Delegada produz o inquérito, que vai chegar ao Promotor, que vai fazer a denúncia, que vai chegar ao Juiz.

E esse preso, uma vez transferido para o nosso sistema prisional, vai permanecer lá pelo período que a sentença determinar. Se não fizermos nada, esse cidadão vai sair do sistema e voltar para a sociedade. A nossa preocupação é: como ele volta? Ele volta em condições de ressocialização? Volta com condições de arrumar um emprego para suprir suas necessidades? Estou dizendo isso porque, se não houver a participação de todos, estaremos enxugando gelo. É mais ou menos assim: quando temos um filho em casa, vamos educá-lo para que não cometa ações que não são adequadas, vamos formar um cidadão. Mas a criança, quando está sendo educada, sabe que vai ser castigada quando não faz a coisa certa. E, por conta de saber que vai ser castigada, é que não fará novamente. E isso, às vezes, não acontece no nosso sistema prisional. A certeza da impunidade ocorre de maneira tal que a vida humana está banalizada. Então, quando a sociedade civil não participa conosco do empreendimento segurança pública, é responsabilizada - eu penso - da maneira mais cruel possível. Ela está sendo responsabilizada porque seu ente querido morreu, foi vítima de lesão corporal ou seu patrimônio foi dilapidado. Não há como trabalharmos mais isoladamente. Esse trabalho tem de ser feito em conjunto. Por isso, sempre que tenho oportunidade, quando nos chega convite para participar de reuniões do Consep, para falar - a Polícia Militar hoje está completamente aberta para ouvir a

Código do documento: 799660

comunidade -, fazemos questão de estar presentes, seja o Comandante da Companhia, que é da subárea, seja o Comandante do batalhão, porque somente assim iremos conseguir estar no lugar certo quando a sociedade precisar de nós. E é isso que a sociedade quer.

Por outro lado, estamos vendo famílias com filhos infratores, escolas sem dar conta de fazer o que precisam, porque não foram feitas para educar a criança naquilo que é da responsabilidade da família. As professoras ficam desesperadas com 30 alunos em sala de aula e, por mais que queiram, não dão conta de, passando 3 ou 4 horas diárias com os alunos, educar todos os alunos. É preciso que haja um trabalho integrado da escola com a família. O que a escola e a família têm a ver com segurança pública? Têm muito a ver porque, se a criança for educada e formada com a consciência de um cidadão, não vai ser um infrator. É o que esperamos. E, com essa integração, vamos conseguir.

Não temos a pretensão de ter uma sociedade sem crime, porque isso é utopia, mas, pelo menos, queremos reduzir esses crimes a índices suportáveis. Isso tem acontecido em Vespasiano e na região onde o 36º Batalhão é o responsável. O índice de criminalidade aqui está em queda, estamos conseguindo fazer com que volte à realidade anterior a 2007. Trouxe uma série histórica, mas falar de números fica muito chato.

Hoje a Polícia Militar se preocupa muito com a questão das drogas, visto que elas estão acabando com a nossa juventude. Atualmente não é só o nosso adolescente que está envolvido com

drogas, as crianças também estão. Se elas não estiverem envolvidas como usuárias, estão envolvidas na prática de pequeno tráfico. Elas estão sendo as responsáveis por comercializar a droga, e isso acontece por mais que a Polícia esteja presente. É importante que a comunidade perceba que a Polícia não é inimiga, pelo contrário, é amiga e parceira. O Policial Militar quer a confiança da comunidade, para que ela possa recorrer a ele sempre que tiver alguma dificuldade. O que estamos fazendo como Comandantes? Estamos investindo na melhoria do treinamento, na qualificação do nosso policial.

Quando um policial comete excesso no seu trabalho, é responsabilizado por isso. Não há mais a visão de uma relação de inimizade entre sociedade e polícia. Não se pode mais pensar dessa maneira. Queremos que a sociedade se sinta à vontade, que venha até nós e nos indique quilo que a está deixando insegura, pois, só assim poderemos oferecer-lhe segurança. Da nossa parte, programamos operações, temos as nossas atividades diárias de lançamento de efetivo; e temos uma tropa. A comunidade de Vespasiano e dos demais Municípios pelos quais somos responsáveis podem ter certeza de que os integrantes do 36º e das outras unidades que compõem a 3ª Região são profissionais qualificados, motivados, pois querem fazer um bom trabalho, esforçam-se para isso. Claro que há um ou outro que não quer, mas o acompanhamos para que faça o melhor.

Conforme comentou o Promotor, há os alvos monitorados. Quando temos notícia de que um cidadão infrator, que é reincidente,

que a Polícia Militar já prendeu uma, duas ou três vezes, mas ele saiu, está solto, acompanhamos seus movimentos numa tentativa de evitar que ele volte a cometer um crime. E a forma, para isso, é abordá-lo mesmo. Temos de chegar a esse cidadão e abordá-lo para ver se está armado. Às vezes, ao chegar a casa, nós o acompanhamos; ao sair, nós o abordamos. Temos certeza de que é um desses que matou 15 pessoas, mas ficará solto, porque o Promotor e o Juiz não têm forças para mantê-lo na cadeia. Aliás, o Estado como um todo não tem condições para isso. Aí, o cidadão volta para a rua e volta a ser um alvo da Polícia Militar, que o monitora novamente, fazendo com que ele perceba que está sendo monitorado e que será preso, caso venha a infringir a lei novamente.

Por fim, na minha opinião, não há segredo para que as coisas possam acontecer. A matemática se mostra simples: se queremos emagrecer, não há outra forma a não ser fechar a boca e fazer uma atividade física. Na segurança pública, se todos não se unirem, não há como resolver o problema. Tudo que nós, Polícia Militar, queremos - e temos procurado fazer - é a realização de um trabalho conjunto com os órgãos parceiros, principalmente mostrando à comunidade que ela tem de estar do nosso lado. Não adianta eu ir averiguar um crime aonde quer que seja, por mais que tenhamos feito a prevenção, já que, infelizmente, quando chegamos lá, ninguém sabe, ninguém viu nada. Não consigo levar informações para que o Delegado faça o seu trabalho, porque ninguém quis falar. Isso faz com que aquela comunidade continue sendo refém de bandidos, pois quem fez uma fará duas ou três

vezes se tiver a certeza de que não será punido. A Polícia Militar quer que a comunidade participe conosco nessa luta diária. Venham participar conosco, seja por meio do Conselho, seja por meio do Disque-Denúncia Unificado 181, seja da maneira como for. Se todos nós não estivermos ombreados, juntos, não teremos um bom convívio, um lugar seguro para viver. Lutamos, brigamos para que Minas Gerais seja o melhor Estado para se viver. Não tenho dúvida de que, se houver um esforço conjunto - não é utopia - isso será perfeitamente possível. No que compete à Polícia Militar, estamos abertos e aguardando, com muita ansiedade, que a comunidade desses nossos Municípios e da área correspondente à 3ª Risp estejam conosco nessa batalha. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado. Com a palavra, Dra. Ana Glaura.

A Delegada Ana Glaura - Boa-tarde a todos. Caro Deputado João Leite, em cuja pessoa cumprimento os componentes da Mesa e os demais convidados. Aqui já foram apresentadas as diversas situações da segurança, mas, como responsável pela Aisp, gostaria de falar sobre alguns pontos da Aisp 68, do Morro Alto. A parte da Polícia Civil já começou a funcionar lá, na quarta-feira. Eles fizeram a mudança, e, repito, desde quarta-feira estão atendendo a população. A mudança foi meio problemática por causa da informática, da telefonia e do mobiliário. Portanto, um melhor atendimento é questão de tempo. Todos estão alojados lá.

Quero dizer ao Ronaldo, Presidente do Consep, que o prédio onde a Delegacia de Mulheres funcionava foi vendido, mas a Prefeitura já está procurando um novo local para alugar e transferi-la. O Dr. Elcides já está levando nosso pedido ao Chefe de Polícia. Esperamos que esse problema seja resolvido o mais rápido possível.

Quanto à mediação de conflitos - o Dr. Elcides também comentou aqui -, um grupo de policiais são treinados para essa finalidade. Antes de a Polícia ser chamada, antes de se fazer a ocorrência, as pessoas se assentam e tentam mediar o conflito. Agora há até um quadro no Fantástico. Essa ação visa diminuir a demanda judiciária. Os policiais já estão no final do curso e logo iniciarão esse trabalho de mediação na Regional de Vespasiano.

Trabalhamos também com operações. Chamamos de Operação Presença quando os policiais civis, juntamente aos policiais militares, vão às localidades onde há maior incidência de ocorrências para verificar a situação de cada local, os bares. Estamos planejando também verificar os alvarás de funcionamento dos bares, dos estabelecimentos, para averiguar a legalidade dos que estão funcionando. Aí entra a bebida alcoólica, o som alto e locais que aceitam a entrada de menores. Estamos verificando tudo, realizando um estudo prévio da situação.

Quero dizer também que estamos investindo na qualificação dos agentes de polícia. Os cursos são oferecidos pela Academia de Polícia e os tornam mais qualificados para lidar com essas situações. Em conjunto com a Polícia Militar, estamos fazendo também o

monitoramento de alvos. Temos apresentações, quase trimestrais ou quadrimestrais, na Igesp, para onde as nossas Delegacias levam suas demandas. O monitoramento de alvos se faz em pessoas que estão praticando crime e em pessoas que estão cumprindo pena e já têm direito às saídas temporárias. Essas pessoas são nossos alvos, pois são contumazes nos crimes.

Quanto às denúncias - a Tenente-Coronel já falou aqui -, nós, policiais, tanto militares quanto civis, trabalhamos com informações. É de grande valia quando uma ou diversas pessoas da comunidade nos dão informações. Ultimamente, infelizmente as pessoas estão se utilizando da lei do silêncio, mas temos o nosso instrumento: o telefone 181. Trata-se de um telefone por meio do qual a pessoa passa informações e não é identificada, portanto, não se comprometerá. Necessitamos da colaboração de toda a comunidade. Eram essas as minhas considerações. aguardo a manifestação dos demais.

O Sr. Presidente - Obrigado. Vamos ouvir o Sr. Elias Magalhães, Presidente do Consep de Sabará. Obrigado pela presença, Elias. Ele também é coordenador do Juizado da Infância e Juventude de Sabará.

O Sr. Elias Magalhães - Boa-tarde, Deputado João Leite, em cuja pessoa cumprimento os demais parlamentares; Dr. Daniel, em cuja pessoa cumprimento as pessoas da Promotoria; Ministério Público; Cel. Aryone, em cuja pessoa cumprimento todos os policiais militares presentes; nosso amigo e parceiro, Presidente do Consep; Vereador

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 45**

Ricardinho; Jessé; membros da Mesa; Polícia Civil, por intermédio do nosso amigo Dr. Elcides; e público presente.

É importante ouvirmos as considerações de hoje. Tomei posse no dia 11/11/99, como Presidente do Consep em Sabará, um dos primeiros conselhos. Todo mundo perguntava o que era esse conselho e como ele funcionava. A comunidade estava perdida e a Polícia Militar também, mas, sem entender muito, implantou esse elo entre o povo, a polícia e o governo.

Não pretendo prolongar muito minha fala. Graças a Deus posso falar do nosso trabalho, pois já temos o Juizado implantado. Se não fosse o nosso trabalho, por pior que seja a situação no nosso Município, ela seria 10 vezes pior. Hoje temos, na Polícia Civil, um grupo de Delegados muito bom. Aproveito para agradecer ao Dr. Elcides, à Polícia Militar e à comunidade o trabalho - não posso deixar de citar a comunidade, pois sua participação é muito importante e aprazível. Agradeço também à Câmara de Vereadores - o Ricardinho está aqui -; ao Prefeito, que é nosso parceiro; enfim, a todos. Parabenizo esta Comissão. Quero levantar essa discussão que realizamos em 1999 e 2000. Essa discussão surgiu diretamente no Consep - quem é Presidente de Consep sabe disso. Tínhamos uma participação efetiva, assídua, com todos os órgãos. Realmente, em 2006 e 2007, houve um adormecimento, um apagamento, mas fomos nos levantando novamente. Se for de interesse de todos, queremos efetivar a participação dos Conseps em todas as discussões da defesa social.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 46**

Quero agradecer a fala do Promotor, Dr. Daniel. Parabéns pelo pronunciamento! Realmente é essa dificuldade que temos com os jovens, com os adolescentes. Quero sugerir, até envolvendo a Secretaria de Defesa Social, a criação de uma delegacia especializada de atendimento ao menor. Já fizemos esse requerimento. Queremos que ela trabalhe com a reclusão do menor, para que possamos combater realmente essa criminalidade. Como disse a Tenente-Coronel, se não oferecermos uma reeducação ao menor, ele voltará a cometer delitos. Há militares descrentes, pois combatem e prendem várias vezes um determinado menor.

Portanto, faz-se necessário fortalecer não só as Polícias Militar e Civil, mas também o Ministério Público. De 1999 para cá, foram mais de 6.800 formandos em Direito. Hoje temos bastantes acadêmicos, diferentemente do que acontecia naquela época, quando não os tínhamos.

Enfrentávamos muitas dificuldades em função da falta de acesso direto ao Ministério Público. Hoje, tanto a comunidade quanto as Polícias Militar e Civil têm esse acesso. Essas discussões são muito boas e efetivas para todos. A comunidade não pode ter vergonha de participar; toda informação da comunidade é importante. A participação da comunidade é o que temos de mais efetivo no combate à criminalidade. Graças a Deus, temos oportunidade de sermos representantes do povo e, por isso, queremos combater a criminalidade junto aos nossos representados. Gostaria de agradecer a todos que nos dão a possibilidade de fazer nosso trabalho.

Gostaria de deixar claro aqui que palavras mal colocadas ou mal-interpretadas podem trazer malefícios ao nosso Município. Então, peço àqueles que se interessam em participar que venham fazê-lo de forma assídua. Conheço o trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil e sei como é a presença da polícia na rua, como são feitas as prisões e a condução do preso à Polícia Civil, para que fique detido e seja encaminhado ao Ministério Público, a fim de ser julgado. Então, se participarmos assiduamente, teremos uma solução melhor. É o que eu gostaria de dizer. Estou à disposição, assim como o Município de Sabará. Agradeço a presença de todos. Que Deus nos abençoe! (-Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Elias, uma pergunta: você falou que em Sabará não há centro de internação de adolescente?

O Sr. Elias Magalhães - Não. Eu queria uma delegacia especializada para tratar dos jovens. Eu queria um centro de reclusão, um local para prendermos esses jovens. A Polícia Militar deteve o adolescente em uma ocorrência.

O Sr. Presidente - Lá não existe um centro.

O Sr. Elias Magalhães - Temos lá um sistema penitenciário. Eu gostaria que existisse um setor para mantermos o menor preso.

O Sr. Presidente - Os adolescentes?

O Sr. Elias Magalhães - Isso.

O Sr. Presidente - Tem de haver um centro de internação separado para o adolescente; temos de dispor de centros

Código do documento: 799660

socioeducativos. Entendemos. Obrigado pela presença. Temos muitos oradores inscritos e, por isso, peço aos que usarem a palavra nesta fase para serem sucintos, a fim de ganharmos tempo. Várias perguntas surgirão, e vamos fazer o possível para que todas sejam respondidas. Peço, ainda, que dispensem as manifestações e saudações. A primeira inscrita é Adriana Lara, Vereadora por Vespasiano.

A Vereadora Adriana Lara - Boa-tarde a todos. A realização desta audiência é muito oportuna para a nossa região. Estamos na construção do plano metropolitano, e as 34 cidades estão discutindo o plano de desenvolvimento integrado. Um dos temas é "Segurança pública". Para minha surpresa, participei desse tema no dia 29 de abril, quando lançamos a Frente pela Cidadania Metropolitana e discutimos política social. Ninguém falou de polícia, todos falaram de questões sociais. A maioria das pessoas pensam que segurança é caso de polícia, mas não o é. Segurança é caso coletivo, envolvendo sociedade civil, Poder Executivo e Poder Legislativo. Sentimos falta do Poder Executivo. Falamos em Vespasiano, que não está presente, bem como em outras 34 cidades, se não estou enganada. Como falar em segurança se hoje não temos as atenções básicas atendidas! Há uma carência enorme de políticas públicas na nossa região. Com o Centro Administrativo à nossa volta, aumentou muito a demanda, e a população aumenta cada vez mais. Não estamos preparados para receber essa demanda. E por que será que os conselhos não estão aqui? Concordo plenamente com a fala do Dr. Daniel. Existe um descaso muito grande com relação aos conselhos municipais, e isso acontece não só em

Código do documento: 799660

Vespasiano; aqui a situação é muito grave. Gostaria que estivesse aqui algum conselheiro para confirmar o que estamos dizendo.

Gostaria de lembrar outra coisa: "o crime é metropolitano, mas a polícia não". Essa é a fala de um Vereador de Florestal, o Marcelo, que estava presente no dia 29. Em relação à Defensoria Pública e à polícia, ressalto que Vespasiano não tem Defensoria Pública. Vespasiano perdeu-a porque o Prefeito, alegando falta de recursos, anulou o contrato. Fomos à Defensoria e nos informaram que só podemos fazer alguma coisa daqui a dois anos, quando houver concurso público para novos Defensores. Recentemente foi feita uma publicação, segundo a qual o Estado de Minas Gerais possui um "deficit" enorme no tocante à Defensoria Pública. Então, como ser prioridade se não há recursos para isso? Vespasiano tem que ser autônoma, não pode ser custeada pelo Poder Público Municipal.

Quanto à questão da polícia, existe uma política de Estado, e não de Município, e essas são políticas que estão municipalizadas. Sabemos que o Estado de Minas Gerais não investe na segurança pública em nível de Município. Quem banca as delegacias são os Municípios. Muitas despesas são custeadas pelos Municípios. Estou enganada? Sendo assim, fica ao bel-prazer do Município escolher por financiar ou não a política naquele Município, de acordo com seu incômodo ou com suas condições.

Deixo aqui essa questão e digo também que não queremos só presídios no Estado de Minas Gerais e na região metropolitana, como temos em Neves, mas precisamos também de políticas públicas

compensatórias que contribuam, de fato, para a prevenção, como disse a Ten.-Cel. Cláudia. Quem previne é o Poder Executivo e as políticas públicas. Precisamos disso antes que ocorra uma tragédia. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Gilmar Ávila, do Movimento Pró-Deficiente de Vespasiano.

O Sr. Gilmar Ávila - Boa-tarde a todos. Na pessoa do Deputado João Leite, cumprimento todos os componentes da Mesa. Quero dizer, Deputado, que é um prazer para Vespasiano recebê-lo novamente em nossa cidade. Antes de iniciar minha fala, gostaria de lamentar a ausência do nosso Deputado majoritário em um evento tão importante para a nossa cidade, ocasião em que precisamos da interferência do governo do Estado. Isso é uma falta de respeito com a população de Vespasiano. Fui informado de que ele já se justificou. Será que ele não soube desse evento antes para se programar e vir aqui discutir com a população de Vespasiano o que é melhor para nós?

O Ministério Público transfere para a pessoa do Dr. Daniel a representação da Defensoria Pública. Vejo que segurança pública sem defesa do cidadão não representa segurança. Gostaria de fazer uma ponderação ao Deputado João Leite: Deputado, não queremos nada no papel, queremos ação efetiva. Sabemos do prestígio de V. Exa. junto ao governo do Estado, bem como do representante do Ministério Público. Queremos saber o que você pode fazer para solucionar o problema da Defensoria Pública do nosso Município. Nós, que somos menos afortunados pela vida, estamos totalmente desprovidos de

Código do documento: 799660

defesa, porque o Ministério Público não pode agir sem Defensor em todas as ações. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Gilmar. Já falei que, além do requerimento, vamos pessoalmente - eu, o Deputado Rômulo Veneroso e a Deputada Maria Tereza Lara -, conversar com a Mesa da Assembleia Legislativa, que fará o contato com o Presidente do Tribunal de Justiça, com o Procurador, Dr. Alceu, e com o Dr. Moacir Lobato, Secretário de Defesa Social, em relação à questão da Defensoria. Cyro Vander, cidadão de Vespasiano; e depois, Marconi Daher. Estão encerradas nossas inscrições. Com a palavra, o Sr. Cyro Vander.

O Sr. Cyro Vander - Deputado João Leite, com grande satisfação e como cidadão de Vespasiano, recebo V. Exa. e demais autoridades. Não temos o que falar da Polícia Militar. Estamos muito bem servidos com a Ten.-Cel. Cláudia. Não a conheço. Não estou puxando o saco, porque não a conheço. A Dra. Ana Civil jamais deveria ter saído de Vespasiano, mas ela voltou à sua casa. Parabéns! Parabéns também ao Dr. Elcides. Nunca vi um Promotor de Justiça igual. Só tenho medo de uma coisa, Promotor: fazem questão de nos chutar, quando falamos a verdade, mas espero que o senhor fique em Vespasiano. Parabéns de verdade. Emocionei-me com sua fala e com sua coragem. Só tenho medo, Deputado João Leite, que, daqui a uma semana ou daqui a um mês, mandem-no para outro lugar; precisamos de homens como o senhor. Parabéns!

Deputado João Leite, tenho um carro de som em Vespasiano. Sou publicitário e por isso pedi a palavra. Ajudo muitas pessoas

Código do documento: 799660

carentes. Alguém pode dizer: "Isso não vem ao caso". Mas vem, sim. Faço campanha para matar a fome das pessoas, e isso tem a ver com segurança pública. Promotor, fui procurado e me disseram: "Cyro, por favor, nos ajude". O centro de referência de penas alternativas, perto do fórum, não tem café nem pão para se comer. É o lugar onde as penas alternativas são cumpridas. Eu teria o maior prazer em fazer isso, mas tenho medo de ficar metendo minha colher onde não sou chamado. No entanto, vou fazer campanha para eles, doa a quem doer. Parabéns, Danilo.

Há outra coisa em que gostaria de ajudar, mas não posso. Uma criança de 15 anos não pode trabalhar, mas pode cheirar e fumar "crack". Queremos ajudar, mas não podemos. Precisamos mudar nossa lei. Criança pode fumar, mas não pode trabalhar meio horário. Deputado João Leite, parabéns, estou realmente feliz com a presença de vocês aqui. Estão aqui o Vereador Niltinho e a Vereadora Lara, mas sentimos falta das autoridades do Executivo. É uma falta de respeito não só comigo, que sou cidadão como com vocês, mas também com as autoridades. Parabéns! Venham mais vezes a Vespasiano.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. O próximo inscrito é Marconi Daher, Secretário de Governo de Capim Branco. Gostaria de dizer que, por determinação dos colegas da Comissão, assinei pessoalmente cada convite enviado a todos os Prefeitos e Presidentes de Câmaras, a fim de que estivessem aqui hoje. Capim Branco enviou um representante do Poder Executivo, o Marconi, Secretário Municipal, a quem passo a palavra.

O Secretário Marconi Daher - Boa-tarde a todos. É um prazer participar desta reunião. Exmo. Deputado Estadual, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o Cel. Aryone. Seja muito bem-vindo ao nosso Município. Estamos com as portas abertas. Prestei muita atenção nas palavras da Ten.-Cel. Cláudia e acho que ela foi muito feliz ao dizer que a população tem que ser parceira da Polícia Militar. Sinto-me muito a vontade para dizer isso, porque sou um parceiro da Polícia Militar. Sou ativo em Capim Branco, participo e sou amigo da Polícia Militar e falo isso com toda a sociedade. Venho especialmente, Coronel, pedir ao senhor que veja Capim Branco com bons olhos. Antigamente, Capim Branco era considerado um dormitório. As pessoas chegavam, dormiam e iam embora. Hoje não é mais assim, estamos sendo contagiados pelo tráfico de drogas. E o pior de tudo é que vejo que os delinquentes não são rapazes nem moças de 20, 25 anos, mas crianças de 14, 15 e 16 anos.

Vou comentar um caso ocorrido em nossa cidade, há um ano e meio. Um garoto chamado Sílvio foi assassinado em nossa cidade aos 15 anos por outro de 16 anos, a mando do tráfico, por não pagar uma dívida. Então, Coronel, sua ajuda será de extrema importância para nossa cidade. Represento Capim Branco aqui e concordo plenamente com o Promotor. Crianças se tornam aviões, tornam-se mulas e, em pouco tempo, poderão transformar-se em famosos traficantes. Obrigado a todos. É um grande prazer estar com vocês. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Marconi. Leve um abraço meu para o Pastor Sebastião, da Igreja Batista Central, meu grande

Código do documento: 799660

amigo. Júlio César Fernandes, da Associação Espaço Sociocultural de Diadorim.

O Sr. Júlio César Fernandes - Bom-dia a todos. Quero me basear na fala do Dr. Daniel a respeito da sociedade civil, que também deve se responsabilizar pela questão. Antes disso, quero dizer que meu comentário não é de um especialista. Um certo filósofo disse que a alma é simultaneamente divisível e indivisível. O ser humano é tanto uno quanto múltiplo. Quando discutimos a participação dos conselhos, colocamos o indivíduo frente à sociedade. Como é que o indivíduo está à frente da sociedade? Ele é antagônico e complementar. Quando se coloca como antagônico, será que as pessoas fazem essa reflexão? Como é que elas estão? Existe uma estatística mostrando quantos Defensores o Estado perde por dia ou por mês por abandono de profissão? Quando discutimos o salário dos professores em greve, eles defendem o lado deles. A sociedade, os pais não são solidários à luta dos professores. O indivíduo somente complementa a sociedade quando se submete às normas e às leis. O Estado tem se preocupado com isso? E o antagonismo do indivíduo com a sociedade? A sociedade reprime os seus desejos. Existe uma pequena minoria que se intitula como letrada, que domina o conhecimento. Ou seja, o indivíduo não pode questionar. A filosofia é perigosa. Como questionaremos uma sociedade se existe uma mídia muito poderosa, uma comunicação de massa que nos impõe uma publicidade? É o tempo inteiro mostrando cenas sexuais. Prendem o jovem na televisão. Como formaremos cidadãos que cheguem ao ponto de participar de um conselho

que tem a responsabilidade de decidir o rumo de uma sociedade? Temos que colocar o indivíduo diante do antagonismo e da complementariedade que tem com a sociedade. É muito importante refletirmos sobre isso. Repito que não sou um especialista. Represento uma entidade sociocultural, da experiência e da prática.

Escutamos as pessoas dizerem que o Centro Administrativo veio para cá e que varrerá os malandros que estão no Morro Alto. Para onde eles vão? Serão jogados em qualquer canto, ficaram novamente em qualquer lugar. O Estado simplesmente instala o Centro Administrativo, vem com sua política, com sua ação, e as pessoas serão expulsas para um lugar que ninguém sabe onde fica nem o que acontecerá. Ficarão, novamente, em algum lugar, e o problema continuará.

Em certa reunião, uma Juíza disse que não poderia dizer mais do que aquilo que estava dizendo naquele momento, já que tinha sua vida, tinha sua família. Disse que estava correndo risco, ao falar aquilo, porque ela é apenas uma profissional. O júri não lê os processos, quando vai julgá-los. Esse técnico também disse que julga por emoção. Será que a sociedade está preparada para ser convocada a trabalhar junto ao Estado, que está estruturado, organizado e hierarquizado? É um povo que fala que está vivo, porque é semelhante a um corpo vivo. Muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradeço ao Júlio. Com a palavra, Gesinei Campos, assessor da Presidência da Câmara Municipal de Vespasiano.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 56**

O Sr. Gesinei Campos - Boa-tarde a todos. A minha ponderação se refere à fala do representante do Ministério Público, quando tratou da Defensoria Pública. Realmente, só conseguiremos dizer que a segurança pública foi completamente executada se houver um polo de defesa regularmente constituído. E a falta da Defensoria Pública causa uma demanda terrível. Na população de Vespasiano, há a predominância de pessoas carentes. Falhou-me o dado, mas é algo maior que 30% abaixo da linha da pobreza. É uma situação bem próxima da miséria. A falta de uma Defensoria Pública causa esse problema. Mas nós existimos, somos advogados com o coração voltado para as questões sociais e aceitamos o desafio de sermos Defensores dativos. O Juiz, ao final do processo ou da decisão, diz que fixa honorários ao Defensor dativo em "x" reais. Então, Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública, o advogado tem os honorários fixados pela sentença para serem suportados pelo Estado, mas até hoje não conheço um colega que tenha recebido os honorários de Defensor dativo. Minha fala, neste momento, para que V. Exa. a considere em seu relatório, é que os Defensores dativos estão sem motivação para aceitar a nomeação e executar os trabalhos voltados para a segurança pública das pessoas carentes.

O outro aspecto que também me chama muito a atenção é que todas as falas foram feitas com foco predominante na questão curativa, pouco se falou sobre o aspecto preventivo. Lembro a questão da educação. Somente conseguiremos uma sociedade ordeira se tivermos políticas públicas desenvolvidas na área da educação. A Vereadora

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 57**

falou sobre as políticas sociais, e destaco que, especificamente no aspecto da educação, precisamos ter centros de formação e de qualificação profissional para retirarmos os jovens da ociosidade. Tratar a segurança como curativo... A Polícia Militar é historicamente eficiente. A Polícia Civil é de igual sorte. Então, temos uma estrutura correcional pronta. O Poder Judiciário não dá conta, e isso não acontece somente aqui, mas também em todos os 853 Municípios de Minas Gerais, pois há uma carência e uma demanda por ampliação de varas e juízos especializados em execuções variadas.

A minha sugestão a respeito do Defensor dativo é que o governo do Estado trate isso com mais seriedade, que pague os honorários para que haja motivação para o advogado particular aceitar defender o cidadão necessitado. A política de segurança pública começa com uma política social predominante na área de educação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Ana Maria, Gestora Social do Núcleo de Prevenção à Criminalidade em Vespasiano.

A Sra. Ana Maria - Boa-tarde a todos. Não serei repetitiva, mas quero reforçar a questão sobre a Defensoria Pública. Trabalhamos em Morro Alto, com o Núcleo de Prevenção à Criminalidade. Temos 700 órgãos cadastrados no programa Fica Vivo e atendemos uma média de 80 famílias em mediação de conflitos. Quero apenas reforçar isso, mas não falarei sobre esse assunto.

Quero fazer algumas perguntas à Polícia Militar e à Polícia Civil em relação à mediação de conflitos. Há o programa citado pela

Código do documento: 799660

Dra. Glaura, e gostaria que ela falasse um pouco mais sobre ele. Não conhecia o Cel. Aryone pessoalmente. Ele falou sobre mediação, e gostaria que falasse mais sobre isso também. Em relação à mulher, gostaria de dizer que temos algumas ações junto aos programas da comunidade, articulando uma rede de atendimento à mulher. Estamos em Morro Alto e acionamos a rede de Belo Horizonte, visto que não há atendimento aqui. Quando falo em atendimento, refiro-me a uma rede que acolhe a mulher violentada. Estão aqui algumas pessoas da minha equipe que sabem que, quando recebemos a mulher, ela já sofreu uma violência ou está apresentando uma demanda a respeito de pensão. Não temos uma rede que acolhe essas questões. Esse é o objeto do nosso trabalho e da nossa discussão juntamente aos vários atores, mas peço à Comissão que reflita sobre a atuação da rede de atendimento à mulher que sofre violência. Esse é um ponto.

Outro ponto é o jovem, no qual acreditamos. Às vezes, não é fácil estar dentro de uma comunidade, fazer parte de uma Mesa tão seleta como essa e dizer que acreditamos no jovem. Temos jovens envolvidos com os crimes? Sim. Temos jovens que não têm nada a ver com os crimes? Sim. São os jovens da comunidade de Morro Alto. Temos vinte e poucas oficinas, mas temos de refletir sobre muitas coisas em Vespasiano. Uma delas é como está o cumprimento de medida em meio aberto, semi-aberto e em regime fechado. Está com instituições fragilizadas, que posso citar. Já conversamos com a rede, conversamos com os atores protagonistas, mas também gostaria que a Comissão considerasse essa reflexão. Minha equipe está à disposição para

trabalhar, se for preciso, para pensarmos sobre qual é a melhor forma de o adolescente, autor do ato infracional, ser acolhido. Vespasiano tem essa fragilidade. Hoje, algumas vezes, não conseguimos nem trabalhar com uma cumulação de dados dentro da própria instituição. Quanto a isso, peço a atenção da Comissão, entendendo que promover segurança pública é fazer a prevenção, como citaram os colegas.

Não posso deixar de parabenizar, de público, a fala do Dr. Daniel e a do colega Ronaldo, pois fui muito contemplada. Quero fazer mais uma pergunta à Polícia Militar. Já conhecemos um pouco do trabalho, da metodologia do Gepar, e gostaria que explicassem um pouco sobre o Gecar, citado pelo senhor, que trabalha com crianças. Não conheço essa metodologia muito bem e gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Vereador Ricardo Antunes, de Sabará.

O Vereador Ricardo Antunes - Bom-dia a todos. Cumprimento o Deputado João Leite e os componentes da Mesa. Registro a presença do Comandante de Sabará, Pedro Américo, que luta muito pela cidade; do Vereador Jessé; do Elias Magalhães, do Consep; e do Cap. Nilton, nosso conterrâneo. Nossa fala é para apoiar essa discussão sobre a cidade de Vespasiano. Não podemos perder a oportunidade de fazer uma reflexão maior, pois esse problema atinge toda a região metropolitana.

Em 2009, foi realizada, em Sabará, uma conferência para tratar sobre a segurança pública. Um dos grandes defensores dessa
Código do documento: 799660

conferência foi o Vereador Jessé. Lá, chegamos a vários indicadores e a várias questões que estão sendo abordadas aqui, que são muito parecidas, para não dizer que são iguais: a questão estrutural do Poder Judiciário; a questão da Defensoria Pública, que funciona num porão de um prédio do século XVIII, e lá os Defensores acabam não ficando; e a infraestrutura com a qual a Polícia conta para atuar em Sabará. Hoje, o nosso Delegado é o Dr. Marcos, e as delegacias não têm a estrutura necessária, são separadas, não têm um corpo de funcionários, principalmente de investigadores, e não possuem veículos. Essa discussão é muito parecida em todos os lugares. Os problemas que enfrentamos em Sabará também são enfrentados aqui e, talvez, nas 34 cidades da região metropolitana.

Deputado João Leite, temos que fazer essa discussão em outro fórum. A Vereadora Adriana, que sempre participa das rodadas conosco sobre as discussões metropolitanas, disse que temos que pensar na segurança de forma metropolitana. A sensação de segurança ou de insegurança está além das fronteiras dessa cidade. Precisamos fazer um esforço e pensar essa segurança de forma metropolitana. E que defesa estamos fazendo? Temos que pensar um novo modelo para a metrópole e, para isso, temos que pensar numa equação matemática para a região metropolitana. Quando falamos em demandas e necessidades, elas sempre esbarram num lugar muito sensível de cada Executivo, de cada Prefeito e do Estado, que é a questão orçamentária. Quem abrirá mão de alguma coisa para que haja alguma ação ou atividade? Temos que pensar naquilo com que contribui cada cidade da região metropolitana

para a geração de riquezas e para o PIB dessas cidades? Qual é o retorno que essas cidades têm? Tenho a sensação de que, em alguns momentos, a concentração da pobreza está em algumas regiões e a concentração de recursos e investimentos, em outras. Qual será o resultado disso? A elevação da insegurança, do crime, do consumo do "crack". A discussão da agência metropolitana é muito pertinente no tocante a se fazer um esforço e pensar em como cada Município poderá compor essa equação. Uma cidade como Neves, que entra com a prestação de serviço, enfrenta o problema dos presídios. Sabará, hoje, está enfrentando a questão dos aterros sanitários. Outras cidades são polos.

E outras, ainda, são cidades que geram renda, onde há força de trabalho, mas não há riqueza. Então, como os investimentos voltam para elas?

Esse é o desafio que gostaria de deixar aqui: pensar uma forma para essa metrópole, para essa vertente da segurança, mas, talvez, de forma isolada, pontual, socorrer a necessidade de cada uma delas em particular e, pensando de forma maior, a distribuição de recursos, a divisa de riquezas e a implantação, de fato, de projetos de prevenção que passam por projetos sociais e de educação. Essa é a colaboração que gostaria de deixar aqui hoje.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Edinaldo Soares de Souza, Presidente do PT de Vespasiano.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 62**

O Sr. Edinaldo Soares de Souza - Boa tarde aos membros da Mesa e a todos os presentes. Meu nome é Edinaldo, sou Presidente do PT de Vespasiano. A demanda que trago se referem a algumas reclamações que recebi.

Em relação à polícia, gostaria de um esclarecimento. Sou coordenador do curso Aprovar e, coincidentemente hoje, começamos o preparatório para o futuro concurso de soldados da Polícia Militar de Minas Gerais. Quero parabenizar os soldados da linha de frente, que fazem a primeira abordagem de atendimento nas ruas, cujo trabalho tem melhorado muito quanto à questão de cidadania, na área social, de compreender tal situação e diminuir conflitos. Poucas vezes participei e vi essa abordagem, mas admirei e tenho comentado com companheiros a melhoria. Parabéns aos soldados pela formação que vêm recebendo. Na contramão disso, tenho recebido notícias a respeito do atendimento que prestam ao se fazer boletim de ocorrência - BO - ou receber denúncia, quando o cidadão se sente ameaçado ou agredido e vai até a delegacia ou faz uma chamada pelo 190. O que acontece? A maioria das pessoas que me procuram falam que, quando chegam para fazer uma denúncia, lhes dizem que não é caso de BO nem de atendimento imediato por parte da Polícia Militar. Aí, pairam dúvidas, que são os meus dois questionamentos.

Quem passa por um constrangimento, agressão ou violência sabe da necessidade de, no mínimo, ser ouvido e atendido imediatamente, mesmo que rapidamente, para se diminuir a sua angústia. Por isso a questão com que me preocupo muito. Essa

deficiência que acontece no atendimento na delegacia ou pelo 190 está ligada à tentativa do governo do Estado ou da Secretaria de diminuir as estatísticas de violência nos Municípios. Isso serve para quê: informar à população que a violência diminuiu ou é uma dificuldade por parte do comando interno da polícia, das regionais, de orientar seus funcionários para atender àquelas pessoas e registrar as ocorrências necessárias? Gostaria que essas duas questões fossem respondidas, esclarecidas, até porque, no trabalho que faremos de preparar os futuros e possíveis policiais que ingressarão na carreira, ministraremos matérias a esse respeito. Além disso, gostaríamos de conscientizar os candidatos de que poderão ingressar em uma Secretaria bacana, em um emprego público bacana, que lhes oferecerá condições de serem agentes muito importantes para a sociedade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Coronel.

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - Serei objetivo. Quanto à questão da ameaça, temos de pontuar os casos concretos para apurarmos, verificarmos se houve mau atendimento ou se não houve resposta para o cidadão. Aliás, em alguns casos concretos, o devido procedimento é aberto. Agora, fundamentalmente, isso está na contramão da política das Polícias Militar e Civil. Os dados comprovam que homicídios e tentativas muitas vezes começam na ameaça. Então, uma das estratégias que têm sido utilizadas pelas Polícias Militar e Civil é dar atenção ao crime de ameaça, porque, de um acerto verbal ou ameaça, pode ser gerada a tentativa ou o próprio Código do documento: 799660

homicídio. Portanto, na realidade isso está na contramão da nossa estratégia.

Em relação à demanda reprimida, é óbvio que há um número, uma cifra negra com que trabalhamos a cada tempo para diminuir. Portanto, todos os atendimentos devem ser levados até a ponta da linha, onde há a presença da Polícia Militar ou da Polícia Civil. Mas, com relação ao crime de ameaça, esse tem sido prioridade dessas duas polícias.

O Sr. Presidente - Obrigado, Coronel. Com a palavra, a Sra. Maria Sueli, da Associação dos Catadores e Recicladores Senhor Bom Jesus, a quem agradeço a presença.

A Sra. Maria Sueli - Serei rápida, sucinta, porque todos os colegas já realizaram um apanhado geral das nossas condições, do que precisamos no Município, assim como os colegas de Sabará e de outras cidades que falaram da região metropolitana. Antes, quero cumprimentar as representantes do movimento feminino e os representantes do Consep. Muito obrigada pela presença na cidade.

Tudo o que foi falado aqui chegou à prevenção. Prevenção é criança, prevenção é jovem, certo? Então, eu gostaria de reforçar essas falas a respeito de prevenção. Prevenção é a criança e o adolescente. Sobre esse Município, já perguntei ao Promotor: agora vejo que podemos ter certeza de que as coisas vão de bom para melhor. Muito obrigada por isso, Promotor, Dr. Daniel. Se não tivermos um referencial nesse Município, quem cuida das nossas crianças, não teremos prevenção. Quantas vezes um menino comete uma falta! E vamos

chamar, então, de delito, já que ele parte para uma delegacia da Polícia Civil? Não vamos considerar falha tal comportamento? Então ele responderá na Polícia Civil, precisará dessa polícia maravilhosa, que quero parabenizar novamente, assim como também parabenizar a Polícia Militar da cidade de Vespasiano. É uma polícia composta de mediadores para o conserto; mesmo para poucos problemas que ocorrem, essa polícia chega com atuação. Posso falar isso porque estou na inclusão social.

Trabalho na comunidade, nas vilas e favelas. Somos funcionários, trabalhadores num processo de inclusão, fruto de ação social, que ainda temos de chamar de assistência social. Sei perfeitamente que isso só será resolvido quando tivermos um referencial.

A Polícia Militar atua nos problemas que lhe são de sua competência; faz uso da Lei Maria da Penha e de outros instrumentos legais que coíbem delitos; sofrerá desgaste no trato com crianças, até que o conselho tutelar tenha mais autonomia. Quando isso ocorrer, teremos prevenção, Deputado João Leite. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Maria Sueli, por sua contribuição. Com a palavra, o Sr. Gustavo Henrique Neves Machado, Diretor de Relações Institucionais da Coordenadoria Especial da Juventude, da Secretaria de Esportes e da Juventude do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Gustavo Henrique Neves Machado - Cumprimento os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Maria Tereza Lara. Bom dia a

todos! V. Exa., Presidente, nos pediu para sermos breves, mas gostaria de fazer uma consideração a respeito do Município de Vespasiano.

Não sou nascido aqui e, sim, em Belo Horizonte, mas é uma cidade que me acolhe muito bem. Tenho grandes amigos aqui e, por isso, vim hoje. Gosto muito de jogar futebol e, assim, venho muito a esta cidade para praticar esse esporte. Como já disse, é uma cidade que me acolhe muito bem. Todos os que vêm aqui têm uma referência muito boa. Quero apenas fazer um comentário, Deputado, a respeito de um assunto de extrema relevância. A Vereadora Ana Maria, Presidente da Câmara, a Delegada Ana Glaura, a Tenente-Coronel, bem como a Juíza de Direito, que não está aqui, mas foi citada pelo Dr. Daniel, Promotor de Justiça, são mulheres. Dou, assim, os parabéns à cidade de Vespasiano. Conheço muito o Estado de Minas Gerais, e esta é uma das poucas cidade onde a representação feminina é tão elevada no poder público.

O Sr. ... - Se me permite falar, as quatro Juízas da comarca são mulheres. São quatro varas e quatro mulheres.

O Sr. Gustavo Henrique Neves Machado - Deputado João Leite, gostaria de tecer considerações a respeito de algumas questões discutidas aqui, uma delas a respeito dos Defensores Públicos. Acho que essa é uma dificuldade de inúmeras cidades do Estado de Minas Gerais, e não só da região metropolitana. Vemos que esse órgão não tem, infelizmente, a força que deveria. Não sei - e não vamos discutir aqui, pois é uma questão muito mais ampla - se essa é uma

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 67**

ação do Poder Executivo estadual ou do Tribunal de Justiça, que deveria cobrá-la com mais veemência. Porém, é algo que tem de ser trabalhado e discutido não só em Vespasiano, mas também em todo o Estado de Minas Gerais.

Vinha conversando no carro com as Dras. Cristina e Alda a respeito da criminalidade. Dizíamos que deveria haver penalidade maior para traficante, para os que deixam o tráfico acontecer nas fronteiras do Estado e dos Municípios. Penso dessa forma também, mas acredito que temos de ter uma ação muito focada no usuário. Só se vende droga porque há quem consome; só há droga batendo nas portas das famílias, das instituições, das escolas de Vespasiano porque há quem consome. Isso ocorre porque falta muitas vezes, no setor público, no Poder Executivo municipal, na inteligência das polícias, nos juizados, programas de atenção básica a menores que evitem que entrem no mundo das drogas. Isso para mim é muito difícil de ser tratado.

Sou muito amigo do Secretário Cloves Benevides, que diz algo que é verdade: a droga é muito bom para quem está usando; a pessoa, na hora que está usando, sente prazer. Como nunca usei droga, não sei descrever como é, mas ninguém usa o que é ruim. Então, temos de ter uma atenção muito grande na prevenção dos jovens. Se voltarmos as nossas atenções para a prevenção, pouparemos um trabalho muito grande em repressão, em condenação, em julgar e fazer com que presos do tráfico de drogas sejam acomodados nas cadeias. Teremos uma diminuição muito grande na violência a longo prazo. Essa é a minha

fala, Deputados. Peço a atenção de todos da Prefeitura de Vespasiano, de todas as Prefeituras do Estado, enfim, do poder público com relação a prevenção contra uso de entorpecentes, com relação a trabalhos efetivos na prevenção, para que evitemos, no futuro, questões relacionadas a tráfico de drogas e violência. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Gustavo. Com a palavra, a Sra. Alda Maria Salvador, do Consep e da Aisp 9.

A Sra. Alda Maria Salvador - Sou do Consep 15 também. Boa tarde a todos. Agradeço-lhes por poder participar desta reunião.

Inicialmente, enfatizo o que o Dr. Daniel disse: é lamentável que um Município do gabarito de Vespasiano esteja agonizando por falta do poder público. Espero que as decisões saiam do papel e virem realidade.

Ten.-Cel. Cláudia, faço parte dos Conseps 14 e 15 da Região Norte, Venda Nova e parte da Pampulha. Lá, um Consep é de colegiado e o outro é presidencialista, mas os dois trabalham com a mesma atividade. Temos sim, em resposta ao assessor da Presidência da Câmara, de investir na educação. Nas nossas reuniões e nos nossos trabalhos, cada membro do Consep tem um projeto; há um elo entre as Polícias Civil e Militar, a Prefeitura, o conselho tutelar, a BHTRANS, a área de saúde e, inclusive, a área de educação.

É muito importante o que disse a Tenente-Coronel, pois são três requisitos básicos para a comunidade estar em concordância com a polícia. Estamos juntos para realizar um trabalho digno em prol da

Código do documento: 799660

prevenção: um deles é a confiança, a amizade, o elo; o outro, a participação, o envolvimento e o compromisso da sociedade, afinal todos somos atores nessa novela real da vida. Como as pessoas têm medo de apresentar algum fato ou denúncia, estamos, mais uma vez, com o número 181, que é fantástico e está funcionando muito bem. É lamentável que a Polícia Civil está carente não só de policiais militares, mas também de viaturas.

O Deputado João Leite nos pediu para fazer um elo. Acredito que seja mais que um elo, pois uma andorinha sozinha não faz verão. Estamos abertos aos outros Conseps; temos trabalhado com projetos, por exemplo, para crianças, adolescentes, idosos e mulheres. Graças a Deus, em Venda Nova, o nosso Consep está trabalhando e estamos obtendo ótimos resultados - aliás, que nos digam a Polícia Militar e a Polícia Civil. Estou aberta. Se quiserem, forneceremos o nosso contato. Faço um apelo aos outros Conseps e a todos para que participem das nossas reuniões. Será um prazer recebê-los. Obrigada. Boa tarde!

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigada, Sra. Alda. Com a palavra, a Sra. Cristina Diniz, do Conselho Estadual da Mulher.

A Sra. Cristina Diniz - Na pessoa do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, cumprimento todos os componentes da Mesa e os demais presentes. Não poderia deixar de mencionar a Deputada Maria Tereza Lara, nossa querida companheira e grande parceira nessa
Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 70**

empreitada, na luta contra a violência à mulher; o Promotor Daniel, pela fala; o Sr. Generoso; a Vereadora Ana Ferreira, Presidente da Câmara Municipal; as representações femininas que compõem esta Mesa; e as instituições aqui representadas, Polícias Civil e Militar, que também são nossas grandes parceiras.

Como membro do Conselho Estadual da Mulher, gostaria de deixar um adendo: em Vespasiano, há a lei que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Até então, não é do conhecimento do Conselho Estadual da Mulher que aqui existe um conselho municipal instituído. Não temos conhecimento disso, mas estamos à disposição. Como bem disse o Dr. Daniel, é necessário que os conselhos existam e se unam em prol dessa demanda e tenham a importância da Defensoria Pública e de uma delegacia especializada de crimes contra a mulher. Sabemos o quanto é importante essa participação. Ficamos muito felizes em saber que há duas Vereadoras atuantes: Ana Ferreira e Adriana. É muito bom haver nesta Casa Vereadoras, representantes femininas, que lutam contra a violência e, principalmente, a favor da mulher. É preciso instituímos esse conselho, que é muito importante para nós. Só assim, Dr. Daniel, faremos o controle social e o monitoramento das políticas públicas para as mulheres neste Município. Com a Lei Maria da Penha, as denúncias aumentaram muito e os processos estão arrolados em grande quantidade, então precisamos dar-lhes solução. Em Morro Alto temos a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e de Atenção à Violência Sexual - aliás, até deixei isso claro para a nossa companheira.

Farei contato. Peço que participem conosco para contribuirmos com o Conselho Estadual da Mulher, que tem uma Presidente muito atuante, a Carmem Rocha Dias. Estamos aí. O nosso grupo é pequeno em quantidade, mas grande em qualidade. Sou Secretária Executiva do Conselho e estou à disposição dos senhores. Parabênizo todos. Desejamos que as nossas ações e os nossos projetos se realizem. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Obrigado, Sra. Cristina. Convidamos todos para o seminário do Programa de Ações Integradas e Referenciais no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Pair - no Município de Vespasiano, que será realizado no dia 15 de maio, às 8 horas, na Câmara Municipal. Vereadora Ana Ferreira, a Câmara Municipal aqui é atuante, não é mesmo?

A Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha - Certamente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Rômulo Veneroso.

O Deputado Rômulo Veneroso - Quero cumprimentar o Deputado João Leite; a Deputada Maria Tereza Lara; o Dr. Daniel; a Vereadora Ana Ferreira, Presidente da Câmara Municipal; os demais Vereadores; as autoridades e os representantes das Polícias Militar e Civil, dos Conseps e dos conselhos que fizeram uma exposição belíssima. Deputado João Leite e Deputada Maria Tereza Lara, mais uma vez saímos daqui com a certeza de que a Assembleia vem contribuindo muito com essas visitas às cidades, às Risps que foram criadas no Estado. Agradeço que esta seja a 13ª reunião desta Comissão. Dentro dessa discussão

Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 72**

ampla com a sociedade, parabênizo cada pessoa que usou a fala, expôs o seu ponto de vista e a sua reivindicação e apresentou o importante tema da segurança não só em Vespasiano, mas também nas cidades vizinhas. No entanto ainda lamentamos a falta de participação, principalmente, por parte do Executivo, pois, como dito aqui, ele é uma peça fundamental para fazer a articulação e a promoção da segurança. Parabênizo Vespasiano e região por essa atuação e participação. Tenho certeza de que, por meio dos nossos requerimentos e da nossa atuação após esta audiência de hoje, resultados positivos chegarão a esta cidade, se Deus quiser. Na realidade, buscamos colaborar e contribuir para melhor defesa social do nosso Estado.

Fica aqui registrado o nosso agradecimento e o nosso compromisso com todos de levarmos para a plenária dos dias 11, 12 e 13, que, aliás, acontecerá na Assembleia, questões relevantes que foram citadas nesta reunião. Mais uma vez, deixamos aqui os nossos agradecimentos. Parabéns, Vespasiano e região e esta Comissão, que é tão bem-conduzida pelo nosso Deputado João Leite e vem contribuindo muito com essa questão. Boa tarde!

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Rômulo Veneroso, que está sempre presente e contribuindo. A Comissão só funciona com o interesse de todos os Deputados.

Antes da manifestação da Deputada Maria Tereza Lara, quero fazer uma pergunta ao Coronel que comanda a região.

Primeiro, pensando um pouco nessa região, vemos que a sua estratégia geográfica nos assusta um pouco. Será que está certa

mesmo? Se pegarmos, por exemplo, Vespasiano, Sabará, vamos até perto de Sete Lagoas; depois temos Nova Lima, Ouro Preto e Mariana. Não sei se, geograficamente, foi a melhor solução, mas, de qualquer maneira, temos essa região integrada e cremos que ela merece uma maior discussão. Mas repito que não sei se, geograficamente, é a melhor para fazer o atendimento à nossa população.

Há informações que, a meu ver, faltaram, e talvez vocês possam ajudar-nos. Existe algo que temos sentido muito nas outras regiões, talvez porque Minas Gerais concentra 25% da malha rodoviária federal. Às vezes, nos assustamos com homicídios em uma estrada federal no Estado. Na BR-381, por exemplo, perto de Caeté, às vezes, em um acidente, ocorrem seis mortes, algo impressionante, e, nessa região, existe uma Companhia Independente de Trânsito. Temos aqui a MG-010. Quem trata dela? Para Sabará e Santa Luzia, há a MG-05. Alguma companhia independente da Polícia Militar cuida do trânsito nessa região? Há alguma estrada federal delegada a essas companhias de trânsito rodoviárias estaduais? Há algum trecho delegado? Quanto a Curvelo, 2.200km devem ser cuidados por uma companhia independente - inclusive, está delegada à Polícia Militar de Minas Gerais a rodovia federal que a liga a Diamantina.

Esse é um drama no Estado: as estradas federais estão abandonadas pela Polícia Rodoviária Federal. Vamos tratar dessa matéria nesse dia. É impressionante o baixo efetivo dessa polícia e também o da própria Polícia Federal, já que muitos desses crimes de que falamos são federais. Ainda bem que temos a sua presença

constante nas reuniões. Talvez esta seja a primeira de que não participa, pois tem sempre estado presente. Pergunto, então, se temos uma companhia que cuida dessa região. Faremos um requerimento para conhecer os números dos acidentes nessas estradas estaduais e federais. Vamos pedir essa informação à Polícia Rodoviária Federal, já que estamos tratando também da BR-381, que é de sua responsabilidade. Cel. Aryone, se o senhor puder, peço-lhe que nos esclareça.

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - Pois não. Na região metropolitana, a parte de meio ambiente fica a cargo da Companhia de Meio Ambiente de Belo Horizonte e a parte de trânsito, do Batalhão de Polícia Rodoviária responsável pela cidade, particularmente pelo Anel Rodoviário, a partir de dois anos, na região metropolitana, especificamente a BR-356 que vai até Ouro Preto, é delegada.

O Sr. Presidente - Qual é a delegada? O Anel Rodoviário e... (- É interrompido.)

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - A BR-356, que vai a Ouro Preto. E temos as estaduais, nos nossos eixos: a BR-424 e a MG-010. Logicamente não temos dados - um diagnóstico melhor pode ser dado à Comissão pelo próprio batalhão, até para contextualizá-los para a próxima etapa, a estadual. O que sinto aqui, nesses primeiros dias em que chegamos, a partir das manifestações dos Comandantes e do pessoal, é que o trânsito precisa de uma atuação mais sistemática, como ocorre em outras partes do Estado. Aqui, devido aos eventos dos

Código do documento: 799660

fins de semana, essas grandes festas, a fiscalização é ainda mais importante e prioritária. Consigo apenas responder parcialmente à sua indagação, mas me comprometo a trazer os números para a Comissão. Repito que é o batalhão rodoviário que faz a gestão da rede estadual. A parte rodoviária é responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal também.

O Sr. Presidente - Inclusive a estrada que vai para a Serra do Cipó.

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - Sim.

O Sr. Presidente - Aquela que passa por São José do Almeida também.

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - Sim. Ela é de responsabilidade da Polícia Rodoviária até Santana do Riacho.

O Sr. Presidente - Faremos o requerimento formal, mas já solicito ao Comandante que envie para a Comissão os números do batalhão. Quem comanda o batalhão?

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - Atualmente é o Ten.-Cel. Emídio. Mas, de pronto, já buscarei as informações e os contatos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta: a rodovia federal no Estado está toda delegada? Há Polícia Federal aqui ou tudo está delegado ao Estado? Isso não ficou claro para mim. A rodovia federal aqui é delegada ao Estado ou não?

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - Deputada, perdoe-me a ignorância parcial, mas, à exceção da BR-356, não sei dizer. Se os policiais militares presentes souberem, podem ajudar. Acredito que apenas a BR-356 é delegada.

O Sr. Presidente - E o Anel Rodoviário.

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - E o Anel Rodoviário, perdão. O restante... (- É interrompido.)

A Deputada Maria Tereza Lara - Compete à Polícia Rodoviária Federal.

O Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior - Sim, principalmente a BR-381, naquele eixo Caeté, Nova União, Taquaraçu de Minas até Belo Horizonte.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Deputado Rômulo Veneroso, Ana, Dr. Daniel, falei das mulheres e, portanto, não poderia deixar de falar aqui da Delegada Ana Glaura, da Superintendente de Saúde Maria Heloísa e da Daniela, da nossa Comissão. Sempre me lembro disso, mas, hoje, como comecei a falar das mulheres, estou dando prioridade. Como chegou depois, o Gustavo nem sabia que eu havia feito essa ressalva. Então também quero agradecer-lhe, Gustavo, que foi realmente bastante atencioso conosco hoje. Ele disse que tínhamos aqui uma Presidente da Câmara, Vereadoras, Delegadas, Superintendente, todas mulheres. O Presidente pensa que tomarei o lugar dele, mas ele pode ter certeza de que não o farei, pois defendemos que homens e mulheres sejam companheiros.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas Pág.: 77

Cristina, honra-me muito a sua fala. Agradeço a sua acolhida. É nosso compromisso fazermos sempre pontuações. Pensem bem: no Brasil, já somos 52% da população. Presidente, na América Latina, só não perdemos para dois países. No Brasil, a mulher ocupa um espaço muito inferior à sua capacidade. Registramos esse aspecto. A Alda também veio. Quem bom, Gustavo, que elas prometeram, assumiram vir e vieram!

Esta audiência, assim como outras, está sendo muito proveitosa, e há nela alguns pontos específicos que gostaria de ressaltar. Cel. Aryone, o senhor falou sobre planejamento de eventos, o que, embora pareça bem simples, é extremamente importante. Conversei com o Presidente sobre a possibilidade de fazermos um requerimento, mas repensei e estamos esperando a orientação da assessoria para elaborarmos um projeto. Nossa finalidade é a obrigatoriedade da lei. Anteriormente à realização dos eventos, deve haver planejamento das forças policiais, do Executivo local, dos organizadores do evento. Quando há parcerias com os Executivos municipais, o resultado é fantástico. Já tive esse tipo de experiência. Presidente e Deputado Rômulo Veneroso, onde havia um número alto de homicídios, houve, com essa prevenção, uma mudança radical. O importante é a prevenção, como a Ten.-Cel. Cláudia falou. Achei muito importante esse aspecto da exposição. Se o senhor frisou novamente esse ponto, então acredita nele. Queremos contribuir.

Gostaria também de mencionar a fala do Dr. Daniel. Todos já o disseram, nem precisava falar de novo, mas quero dizer a ele que

foi realmente muito incisiva e convincente sua fala sobre como podemos somar forças.

Quero falar também sobre a prevenção, que deve envolver as três esferas de poder e a sociedade civil. Não sou a única a dizer isso. Trata-se de uma decisão da Conferência Nacional de Segurança, ocorrida em 2009, convocada pelo governo federal. Pontuo, como vários já pontuaram, que o Executivo municipal é muito importante. O Presidente falou sobre a Polícia Rodoviária Federal, que se fez presente em quase todas as audiências. Lamento sua ausência aqui hoje. Defendo o governo federal, que é do meu partido, mas o Presidente sabe que cobramos aquilo que devemos cobrar. Entrarei em contato e direi a ele que fazemos questão absoluta da presença da Polícia Rodoviária Federal junto à Comissão. É preciso haver maior legitimidade, é necessário fazer cobranças ao governo municipal, ao Executivo, porque não se concebe segurança pública sem a participação das três esferas de poder. A sociedade civil se fez presente e até agradeceu a todos que ajudaram. Fizemos vários contatos com a Vereadora Adriana, que ajudou muito na mobilização, não tendo sido a única a contribuir. A Assembleia também o faz, ao realizar contatos por meio da assessoria da Comissão, o que é importante ao somarmos esforços, ao nos articularmos. O Promotor está dizendo que entrará em contato com a Prefeitura. Compete ao Prefeito de cada cidade fazer essa articulação e valorizar o que está sendo feito.

O Presidente do nosso partido elogiou a abordagem dos policiais aos jovens. Temos observado esse avanço. Em Curvelo, há o

Código do documento: 799660

curso de Direitos Humanos. Elogio as Polícias, sobretudo a Militar, em razão desse avanço com a Polícia Comunitária. No entanto, também fazemos as cobranças necessárias. Com relação ao Estado, por exemplo, cobramos o efetivo da Polícia Civil. Não sei se isso foi mencionado aqui.

Aliás, gostaria de deixar duas perguntas para o Coronel - talvez não seja para o Coronel, mas para o movimento social, pois se referem ao tratamento de dependentes químicos. Sentimos que, quanto a isso, há uma grande defasagem em todo o Estado, e essa questão compete ao Estado. É nosso papel, como parlamentar, pontuar o que compete a cada esfera de poder. Não sei como está o tratamento de dependente químico aqui, mas sabemos da necessidade de investimento, e a Assembleia assinalará esse aspecto no orçamento do Estado.

Ademais, se possível, também gostaria que o Delegado mencionasse como está a nossa situação penitenciária. Quero saber se as penitenciárias existentes são suficientes, se não há superlotação, enfim, como é o tratamento. Essa é outra questão com a qual sempre nos preocupamos.

Presidente, agradeço a oportunidade de percorrermos todo o Estado, o que tem representado grande riqueza para nosso trabalho. Certamente o Presidente fará o convite para o nosso fórum, o que não compete a mim fazer. Posteriormente, no momento certo, teremos as respostas para as duas questões relacionadas ao sistema penitenciário e ao tratamento de dependentes químicos. Obrigada.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 80**

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Temos aqui algumas perguntas. Aproveito para incluir outras, a fim de que possamos partir para o encerramento.

Informo que, no dia 24, às 10 horas, teremos uma audiência na Região Integrada de Segurança Pública de Contagem, na Câmara Municipal. No dia 25, às 10 horas, teremos outra no auditório da Fiemg, em Divinópolis. No dia 7, haverá mais uma em Poços de Caldas. No dia 8, será realizada audiência em Lavras. No dia 10, será a vez de Betim. Encerrando, nos dias 11, 12 e 13, haverá o fórum técnico na Assembleia Legislativa. Dia 1º, em Belo Horizonte, o encontro será na Assembleia Legislativa.

Aproveitando as perguntas que a Deputada fez, faço outro questionamento, pois me perdi um pouco e não sei se em algum momento foi dada alguma explicação sobre a Área Integrada de Segurança Pública inaugurada no Morro Alto, Nova Pampulha. Parece que a mesma foi inaugurada, mas não está funcionando. O Dr. Elcides falará sobre o assunto. Mencionaram também a falta de café e de pão no Centro de Penas Alternativas. Essa questão está no Fórum, Dr. Daniel - alguém poderá falar sobre isso -, está com a Subsecretaria de Administração Prisional - Suap. Descobriremos quem é que não dá pão nem café. Faremos um requerimento, Dr. Vladimir.

Parece que há um decreto no Estado, Coronel, que fala sobre a Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais - Comoveec -, de forma a estruturá-la na Região Integrada de Segurança Pública. O senhor lembrou muito bem da preparação. A
Código do documento: 799660

Dra. Glaura falou sobre a estrutura da Delegacia da Mulher. Ouviremos agora o Dr. Elcides.

O Sr. Elcides José Batista Guimarães - Foi bom a Deputada Maria Tereza Lara ter-me perguntado sobre o sistema penitenciário da 3ª Região. Esqueci-me de falar sobre esse assunto. Na verdade, essa é uma demanda da Polícia Civil. O Presídio Regional de Vespasiano está sempre no seu limite máximo, às vezes até o ultrapassam. Não temos tido problemas, mas, durante muitos anos, presos ficavam recolhidos na 2ª Delegacia, que fica no Jardim da Glória, situação que foi solucionada há pouco tempo. Estou no departamento há quase três anos. Hoje existe uma porta de entrada pelo presídio de Lagoa Santa, que faz a triagem e, posteriormente, direciona detentos ao sistema.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Todos os presídios estão com a Subsecretaria de Administração Prisional?

O Sr. Elcides José Batista Guimarães - Esses, sim.

O Sr. Presidente - É importante para nós sabermos sobre os presos que estão com a Polícia Civil.

O Sr. Elcides José Batista Guimarães - O presídio de Santa Luzia tem atendido a contento. Abro um parênteses para falar sobre o recolhimento de adolescentes infratores de Vespasiano, onde não existe um local para isso. O Dopcad de Santa Luzia os recebe, desde que haja concordância do Ministério Público e determinação do Juiz. Na época da sua inauguração, ficamos preocupados, porque a demanda é grande. Temos esse local de recolhimento em Santa Luzia, que atende Vespasiano. Não é o ideal, mas pelo menos atende aos casos em que não

Código do documento: 799660

se pode deixar de fazer o recolhimento. O presídio de Sabará também tem atendido à demanda. Alguns problemas foram municipalizados, como o recolhimento de menores infratores. Em Nova Lima, ocorre o mesmo. Às vezes, há problemas com o recolhimento de adolescentes infratores. Quanto ao recolhimento de mulheres, em Belo Horizonte, o Ceresp Centro-Sul recolhe as mulheres da região, que não são muitas, mas absorvem toda a demanda.

São três as cadeias públicas administradas pela Polícia Civil. A de Jaboticatubas já está em fase final. Se não fosse um pequeno atraso nas obras de reforma do prédio atual, acredito que a Subsecretaria já teria assumido essa unidade, que é pequena, tem 25 presos. Parece que a cadeia de Lagoa Santa é que a assumirá, e o Diretor será o mesmo. O grande problema é a cadeia de Mariana, onde situação é muito crítica: há rebeliões, presos insatisfeitos. A Policia Civil, com a ajuda da Policia Militar, tem administrado essa cadeia, onde temos cinco Agentes Penitenciários. Na cadeia de Itabirito, a situação é tolerável.

O Sr. Presidente - Qual é a primeira, Dr. Elcides?

O Sr. Elcides José Batista Guimarães - Jaboticatubas.

O Sr. Presidente - E a segunda?

O Sr. Elcides José Batista Guimarães - Mariana, que é a mais problemática. Talvez tenha havido esquecimento por parte do Secretário de Defesa Social anterior, exatamente por causa de um problema geográfico. Ele disse várias vezes que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, não havia mais cadeias sendo

administradas pela Polícia Civil. Costumo dizer que, com relação à segurança pública, a área da Polícia Militar pertence à região metropolitana. Precisamos urgentemente resolver a situação de duas cadeias de dois Municípios, Mariana e Itabirito, extremamente problemáticos em termos de violência. Depois que a Subsecretaria assumiu o presídio de Ouro Preto, não houve problemas quanto ao recolhimento de presos. Tudo está muito tranquilo. Aproveito para deixar aqui uma demanda: houve uma promessa de assunção até o meio do ano, mas até hoje não tive a confirmação da data.

Quanto ao problema da Aisp 68, do Morro Alto, a Polícia Civil já se mudou para o local. A Polícia Militar também já está lá. Quando nos mudamos, tivemos alguns problemas quanto à logística, à telefonia, pois essa unidade foi inaugurada sem estrutura completa.

Era isso o que tínhamos a dizer quanto à situação carcerária.

O Sr. ... - Gostaria apenas de falar sobre a questão das drogas e dos centros de reabilitação, tema mencionado pela Deputada Maria Tereza Lara. Quando chegamos, por meio de uma pesquisa rápida, não foi detectado um trabalho mais sistemático. Enquanto ação de comando, seria estratégico, no âmbito da Igesp, abrir sistematicamente uma agenda, de forma a tratar do tema nas Aisps. Pioneiramente, Belo Horizonte está fazendo uma experiência com Igesps temáticas, trabalhando com drogas, com menores, com moradores de rua, problemas típicos da cidade. Com a permissão do Dr. Elcides, trabalharemos com agendas temáticas. Outra estratégia que pode ser

incluída no fórum, em âmbito estadual, é o fomento, por meio dos conselhos municipais.

A Deputada Maria Tereza Lara - Presidente, agradeço-lhe pela sensibilidade. Gostaria apenas de fazer mais uma pergunta ao Dr. Elcides, com relação às demais penitenciárias. Quanto àquelas duas, o Presidente já nos informou que pedirá as funções, não é Presidente? Nosso consultor está tomando providências quanto a isso. Relativamente ao tratamento, existe profissionalização, oportunidade de trabalho? Como está a humanização do sistema penitenciário? Esse já está avançando ou os jovens estão lá ociosos, como vemos em muitos lugares?

O Sr. Elcides José Batista Guimarães - A partir do momento em que a Secretaria de Assuntos Penitenciários assume uma penitenciária, sua estrutura considera até o número de agentes. Normalmente, para 100 presos, há cerca de 50 agentes. Entram com toda a estrutura, ou seja, com psicólogo, médico e dentista. Aliás, a olhos vistos, é possível perceber como a cadeia se acalma. A Polícia Civil sempre administrou cadeias sem a mínima estrutura. Em média, dois agentes tomavam conta de 100 presos. Todavia, quando a Subsecretaria assume, há 50 agentes para tomar conta de 100 detentos. Esse é o ideal, pois funciona muito bem. Toda essa estrutura - com assistência psicológica, médica e odontológica - resolve tensões. Percebemos o resultado desse trabalho não apenas com os presos, mas também com suas famílias. Realmente, a partir do momento em que a Subsecretaria assume, o sistema se transforma. Eles possuem

Código do documento: 799660

estrutura, estão direcionados para esse trabalho, diferentemente do que ocorre com a administração pela Polícia Civil.

A Deputada Maria Tereza Lara - Há também a pastoral carcerária e os evangélicos. O pessoal da pastoral carcerária, que é mais ecumênico, mais católico, está participando do processo. A sociedade civil também está participando?

O Sr. Elcides José Batista Guimarães - Com certeza.

A Deputada Maria Tereza Lara - Obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Chegou à Mesa uma pergunta. O público entendeu que o fórum na Assembleia Legislativa ocorrerá em junho. O fórum técnico será realizado nos dias 11, 12 e 13 de agosto, após as 18 visitas que a Comissão de Segurança Pública vem realizando. Dr. Vladimir, com sua competência, preparou vários requerimentos.

A Deputada Maria Tereza Lara - Presidente, gostaria de fazer uso da palavra.

O Sr. Presidente - Pois não, Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Permita-me um aparte, Presidente. Gostaria de agradecer publicamente os Vereadores de Prudente de Moraes, que aqui vieram. Realizamos interlocução com vários colegas de Câmaras, onde estivemos recentemente. Eles fizeram questão de estar presentes. Agradeço os representantes de todas as cidades. De modo especial, quero agradecer a todos por terem atendido nosso convite. Obrigada.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 86**

O **Sr. Presidente** - Peço licença a todos para votarmos alguns requerimentos. É possível que existam outros, os quais votaremos em audiência, na Assembleia Legislativa. Colocaremos em votação agora alguns requerimentos assinados pelos Deputados Rômulo Veneroso e Maria Tereza Lara. A situação exposta pelo Dr. Daniel, Promotor de Vespasiano, será tratada hoje à tarde com o Presidente da Assembleia, para que fale diretamente com o Presidente do Tribunal de Justiça e com o Secretário de Defesa Social.

Estamos elaborando os requerimentos, mas somente hoje à tarde teremos o entendimento institucional sobre a gravidade da situação exposta pelo Promotor Daniel de Oliveira. Lerei os requerimentos e os colocarei em votação, cada um por sua vez.

Sobre a Mesa, requerimentos dos Deputados Rômulo Veneroso e Maria Tereza Lara, em que solicitam sejam encaminhados ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedidos de informação e dados sobre violência, criminalidade e acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias sob responsabilidade do poder público estadual, na área correspondente à 3ª Risp, com sede em Vespasiano; sejam solicitados ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal pedidos de informação e dados relativos à violência, criminalidade e acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias sob responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal, na área correspondente à 3ª Risp, sediada em Vespasiano; seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando-lhe medidas para dotar o Centro de Penas Alternativas de Vespasiano de

Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 87**

infraestrutura e serviços adequados a sua finalidade, especialmente o fornecimento de alimentação para os usuários; seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, pedido de providências para designar um Juiz substituto para responder pela Vara de Execuções Criminais, da Comarca de Vespasiano, durante o período de licença-maternidade da Juíza titular, neste ano, tendo em vista a grande quantidade de processos que tramitam na citada vara; seja enviado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, solicitando-lhe a instalação da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Vespasiano, conforme previsto na Lei de Organização e Divisão Judiciária, com a finalidade de atender à excessiva demanda existente na única vara de execução criminal da comarca; seja enviado ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais, solicitando-lhe a urgente designação de um Defensor Público para a Comarca de Vespasiano, tendo em vista a inexistência de servidor dessa natureza e a grande demanda por assistência judiciária verificada nessa comarca; seja solicitado ao Secretário de Saúde informações e dados constantes nos registros do Sistema Único de Saúde relativos ao uso de drogas ilícitas na área abrangida pela 3ª Risp, com sede em Vespasiano.

Agradeço a presença da representante da Secretaria de Saúde. Quero informar que também foram convidados representantes da área da educação e do desenvolvimento social para esta reunião. A Maria Heloísa Vieira, assessora da Gerência Regional da Saúde de Belo

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 88**

Horizonte, está presente. Fizemos convite à Secretaria de Estado da Saúde.

Em votação os requerimentos, cada um por sua vez. Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)
Aprovados.

A Deputada Maria Tereza Lara - Gostaria de apresentar verbalmente e deixar registrado requerimento que V. Exa. já havia exposto, em que solicita a gestão das duas cadeias: de Mariana e de Itabirito, a pedido do Delegado Dr. Alcides. Esperamos que a Secretaria de Defesa Social coloque esse tema no cronograma, agilizando a questão. O outro é relativo à sua proposta. Solicitamos que a Comoveec funcione nesta região.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Quero pedir ao Dr. Vladimir a gestão das cadeias de Mariana e Itabirito e a instalação da Comissão de Monitoramento de Eventos Esportivos e Culturais - ComoveEc - na 3ª Região Integrada de Segurança Pública. Em votação, os dois requerimentos. Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovados.

Indago se algum membro da Mesa ainda deseja fazer uso da palavra. Com a palavra, a Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano, a quem agradecemos essa parceria com a Assembleia Legislativa, esse apoio para a realização desta audiência. Quando liguei para a Vereadora, ela se colocou à disposição imediatamente, e disse que tinha que ser na Câmara Municipal mesmo. Muito obrigado.

A Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha - Quero agradecer a todo público presente, às autoridades, aos nossos colegas de Sabará e de Capim Branco. Quero dizer ao Dr. Daniel que estarei a sua disposição. (- Risos.) Sou muito inquieta mesmo. Dr. Daniel, é uma honra reunir-me com o senhor. Estou com algumas pendências na Casa e gostaria muito de esclarecer que não tenho culpa, porque assumi a Presidência neste ano. Quero muito conversar com o senhor, porque temos algumas pendências e creio que o senhor vai nos ajudar muito. Quero agradecer ao Deputado João Leite, é um prazer recebê-lo na nossa Casa, muito humilde, mas estamos com a tendência de melhorar, se Deus quiser! Quero agradecer ao Deputado Rômulo, que até já me deu um cartão, muito cordial. Deputada Maria Tereza, é um prazer saber que a senhora faz parte desta comissão, é uma honra para nós, principalmente para mim, primeira vez eleita, segundo ano como Presidente desta Casa. Não é fácil, mas estamos juntos para somar. Meu objetivo é esse, e se for para fazer parceria para a comunidade do Município de Vespasiano, estou à disposição. Contem comigo. Meu muito obrigada a todos e ao meu colega Ronaldo. Fiquei de lhe mandar o convite, mas como ficou lá na Secretaria, eu lhe peço desculpas. Graças a Deus que temos amizade e uma grande parceria. Quero falar para você engajar aquelas mulheres, porque tenho certeza de que vai em frente. A mulher ainda vai mandar neste Brasil, se Deus quiser. Um abraço a todos e muito obrigada!

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Fiz o convite ao Ronaldo pessoalmente, na Assembleia Legislativa. Agradeço a todos a presença

Código do documento: 799660

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
17/5/2010 - 10 horas **Pág.: 90**

e a contribuição. Agradeço, especialmente, aos comandantes da Polícia Militar, que se deslocaram dos seus comandos. Desejo felicidade e sucesso no seu trabalho e a todos os militares presentes. Cumprimento o Sargento dos Bombeiros Militares, que acompanhou toda esta audiência e os Vereadores presentes.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares e dos convidados; convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, amanhã, terça-feira, no Plenário da Comissão de Segurança Pública, onde discutiremos o crime chamado saidinha de banco e toda essa situação que gera muita insegurança na população, com a presença das Polícias Militar e Civil e dos representantes dos bancos em Minas Gerais; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.